

**VIVIAN MAZZINI PEKNY**

**TEMPO DE ESPERA: NARRATIVAS DE CASAIS QUE  
AGUARDAM PELO PRIMEIRO FILHO ADOTIVO**

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

**VIVIAN MAZZINI PEKNY**

**TEMPO DE ESPERA: NARRATIVAS DE CASAIS QUE  
AGUARDAM PELO PRIMEIRO FILHO ADOTIVO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia como Profissão e Ciência da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato

**PUC-CAMPINAS**

**2018**

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

1362.734 Pekny, Vivian Mazzini.  
P379t Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro  
filho adotivo / Vivian Mazzini Pekny. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.  
104 f.

Orientadora: Tania Mara Marques Granato.  
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campi-  
nas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui anexo e bibliografia.

1. Adoção. 2. Adoção - Aspectos psicológicos. 3. Psicanálise. 4.  
Lares adotivos. 5. Família - Narrativas pessoais. I. Granato, Tania Mara  
Marques. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de  
Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 22. Ed. – 1362.734

VIVIAN MAZZINI PEKNY

**TEMPO DE ESPERA: NARRATIVAS DE CASAIS  
QUE AGUARDAM PELO PRIMEIRO FILHO  
ADOTIVO**

BANCA EXAMINADORA



---

Presidente Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tania Mara Marques Granato



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Engler Cury



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcela Casacio Ferreira Teixeira

PUC- Campinas

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora Tania Mara Marques Granato, pela confiança e toda a orientação e dedicação ao longo do meu caminho na pesquisa.

Agradeço ao meu grupo de pesquisa: Sofia Bonfatti, Mariana Biffi, Marina Autuori, Antonio Richard, Michele Aching e Letícia Ribeiro por todos os momentos de ensinamentos e risadas juntos.

Agradeço às Professoras Doutoras que compuseram minha Banca de qualificação: Tania Maria José Aiello-Vaisberg e Vera Engler Cury por compartilharem seus conhecimentos no mundo da pesquisa comigo, para que a minha pudesse tocar mais afinada.

Agradeço a todos os casais que participaram, abrindo as portas de suas casas e de suas vidas para que essa pesquisa pudesse se realizar.

Agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro.

Agradeço aos meus amigos e psicólogos: Isabel Abreu, Ramon Araújo, Lucas Coutinho, Elecir Simplicio e Graciele Almeida por serem os melhores companheiros nos caminhos do inconsciente.

Agradeço às minhas amigas: Natália Tomazzeto, Luíza Bastos, Giuliana Hungaro, Giovanna Ricci e Mariana Pissini por serem minhas irmãs de alma.

Agradeço aos meus tios e primos por me ensinarem o verdadeiro significado da palavra família.

Agradeço à minha irmã por ser minha maior companheira nessa jornada da vida.

Agradeço aos meus pais e avós, por tantas vezes abrirem mão de seus sonhos para que eu pudesse realizar alguns dos meus.

Agradeço a Deus, por tudo.

## RESUMO

Pekny, V. M. (2018). Tempo de Espera: Narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo. Dissertação de Mestrado, programa de Pós Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo.

Os diversos sentidos atribuídos à adoção ao longo dos anos, assim como as diferentes legislações e processos que foram nascendo e se modificando, repercutem no imaginário da sociedade e dos futuros pais adotivos, participando do olhar desses pais sobre o filho e seu papel parental. O olhar e as expectativas dos pais sobre sua família adotiva podem contribuir ou dificultar a relação construída com a criança. Assim, o objetivo deste trabalho foi compreender os sentidos afetivo-emocionais sobre a adoção e a família adotiva para casais que estão passando pelo processo de adoção pela primeira vez. Participaram dessa pesquisa cinco casais, convidados pela pesquisadora em grupos de apoio à adoção os quais frequentavam. Os encontros foram realizados na residência de cada casal, utilizando-se a Narrativa Interativa como procedimento metodológico de acesso à experiência emocional de acordo com a perspectiva psicanalítica. A análise interpretativa do material narrativo permitiu a configuração dos seguintes campos de sentidos compartilhados pelos participantes: Tempo de espera: a gestação eterna; O peso da responsabilidade: o amor será suficiente?; e As múltiplas faces do processo de adoção: preparação ou treinamento? Esses campos que articulam a experiência coletiva dos participantes, quando discutidos à luz da literatura científica e das ideias de Donald Winnicott nos permitem compreender não somente a complexidade do processo que media a aproximação entre pais sem filhos e filhos sem pais, mas também toda a sua perversidade ao propor um modelo de parentalidade exemplar que mais distancia que aproxima a família adotiva de uma experiência viva e real.

**Palavras chave:** Adoção; Psicanálise; Narrativa Interativa.

## ABSTRACT

Pekny, V. M. (2018). Pending time: narratives of couples who are waiting for their first foster child. Masters Dissertation, post graduate program in psychology, Center of life sciences, Pontifical Catholic University of Campinas, Campinas, São Paulo.

The many senses attributed to adoption throughout the years, as the different legislations and processes that have emerged and changed, affect the societies and the future foster parents' imaginary, constituting a part of the way these parents consider their children and their parental roles. The consideration and the meaning these parents attribute to their adoptive families will structure the relation built with the child. In this way, the objective of this dissertation was to understand the affective-emotional senses about adoption and the foster family for couples that go through the process of adoption for the first time. Five couples participated of this research, having been invited by the researcher who was present in the adoption support groups they attend. The meetings were held in each couple's residence, using the Interactive Narrative as a methodological procedure of access to the emotional experience according to the psychoanalytic perspective. The interpretative analyses of the narrative material has allowed the configuration of the following field of affective-emotional meanings shared by the participants: Pending time: endless pregnancy; The weight of responsibility: will love be enough?; and The multiple aspects of the adoption process: training or preparation?; These fields, which articulate the participants' collective experience, when discussed according to the scientific literature and Donald Winnicott's ideas, allow us to understand not only the complexity of the process that measures the proximity between parents without children and children without parents, but also the perversity by proposing a role model of parenthood that rather distances than approximates the adoptive family from a real experience.

**Key words:** adoption, psychoanalyses; Interactive Narrative.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Contextualizando a adoção no Brasil .....	7
1.2 Os sentidos da adoção e sua repercussão emocional.....	13
2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	24
2.1 Uma pesquisa qualitativa .....	24
2.2 O Narrar e as Narrativas.....	24
2.3 Uma pesquisa de inspiração psicanalítica.....	26
2.4 O Jogo do Rabisco e as Narrativas Interativas .....	28
2.5 O encontro com os participantes.....	30
2.6 Análise das Narrativas.....	31
2.7 Cuidados Éticos .....	32
3. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL NARRATIVO.....	33
Casal A: Artur e André .....	34
Casal B: Bruno e Bárbara.....	40
Casal C: Carlos e Carolina .....	45
Casal D: Daniel e Douglas .....	49
Casal E: Eduardo e Érica .....	54
4. O MOMENTO DE AGUARDAR: A GESTAÇÃO ETERNA .....	60
5. O PESO DA RESPONSABILIDADE: “COMO PASSAR PARA ESSA CRIANÇA QUE EU A AMO INCONDICIONALMENTE?”.....	67
6. AS MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE ADOÇÃO: PREPARAÇÃO OU TREINAMENTO?.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88
REFERÊNCIAS .....	89
ANEXOS.....	99



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualizando a adoção no Brasil

Desde a Antiguidade temos notícia de pessoas que assumem o cuidado de bebês e crianças, apesar da ausência de laços consanguíneos que as unem. No Brasil, Nascimento (2006) nos conta que, ainda no século XIX, existiam, nos hospitais, as chamadas “Roda dos Enjeitados”, um lugar onde as mulheres deixavam seus filhos após darem à luz, para serem recebidos por freiras que os levariam para orfanatos ou para adoção. Independente do lugar para o qual eram encaminhados, ninguém saberia sua origem ou o motivo das mães biológicas os terem deixado. A Roda dos Enjeitados ligava as Santas Casas de Misericórdia à rua, permitindo que as mulheres deixassem seus filhos para serem cuidados pelas freiras sem serem reconhecidas. Quando giravam a roda com o bebê, um sino tocava, avisando a chegada de uma criança para quem estava do lado de dentro.



**Figura 1: Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados**

Na época da colonização, era comum que filhos de pessoas pobres passassem a viver na casa de pessoas mais ricas, sendo chamados “filhos de criação”. Essa prática era vista como uma ação caridosa em que os mais ricos

ajudavam os mais pobres, correspondendo ao que a Igreja Católica pregava. Ao mesmo tempo, essas crianças serviam como mão de obra gratuita para aqueles que delas cuidavam, já que não era esperado que fossem tratadas como filhos legítimos. Maux e Dutra (2010) explicam que “foi através da possibilidade de trabalhadores baratos e da caridade cristã, que a prática da adoção foi construída no país” (p. 359).

Maux e Dutra (2010) relatam que, até os anos 80, 90% das adoções realizadas no Brasil se davam de forma ilegal, ou seja, registravam-se as crianças a serem adotadas diretamente no cartório, sem passar por quaisquer processos legais. Pelo grande número de adoções realizadas dessa maneira no país, essa forma de filiação ficou conhecida, popularmente, como “adoção à brasileira”. A adoção à brasileira, sendo ilegal, poderia condenar a pessoa a dois a seis anos de reclusão, como citado no artigo 242 do Código Penal. No entanto, este artigo apresenta um parágrafo que atenua tal prática, quando a mesma é realizada por um “motivo de reconhecida nobreza” (Fonseca, 2012).

No ano de 1828 foi a primeira vez que a adoção figurou na lei brasileira, tendo como base as Ordenações Filipinas, um código de leis portuguesas que influenciaram o Brasil até 1916, quando foi criado o Código Civil Brasileiro. Quando se refere à adoção, a legislação de 1828 tem, como objetivo, remediar a dificuldade dos casais que não possuem filhos consanguíneos. Dessa forma, a adoção deixa de ter um significado caritativo e passa a ser um meio de se ter um filho (Brauner & Aldrovandi, 2010; Maux & Dutra, 2010).

Em primeiro de janeiro de 1916, com o nascimento do primeiro Código Civil Brasileiro, a adoção é incorporada à legislação de nosso país. Segundo Pereira e Azambuja (2015) esse código permitia a adoção por pessoas maiores de 50 anos, sem descendentes. O vínculo adotivo poderia ser rompido se pai e filho adotivo assim o desejassem. A adoção era realizada por escritura pública e tinha como finalidade prover aos casais inférteis o filho desejado. Entretanto, os filhos adotivos eram diferenciados dos filhos biológicos, pois a filiação não dava ao adotado direito à herança, caso os pais tivessem filhos biológicos.

No ano de 1927 origina-se o primeiro Código de Menores com o intuito de proteger a infância e a adolescência. Em 1957, com a mudança no Código Civil, ficava permitida a adoção por aqueles que tivessem 30 anos, não mais 50, a diferença entre adotante e adotado poderia ser de, no mínimo, 16 anos e

o adotante poderia ter filhos biológicos. Embora o direito à adoção tenha sido ampliado, o laço adotivo ainda poderia ser desfeito caso os pais viessem a ter filhos biológicos ou simplesmente desejassem desfazer a filiação adotiva. Caso os pais já tivessem filhos biológicos, o filho adotivo não teria o direito à herança familiar; caso viessem a ter filhos biológicos após a adoção, o filho adotivo poderia receber metade da herança que o filho biológico receberia (Maux & Dutra, 2010).

Em 1965 entra em vigor uma lei que legitima a adoção de crianças até sete anos de idade, ou maiores de sete anos que já estivessem com os pais adotivos antes dessa idade. Os filhos adotivos passam, então, a ter os mesmos direitos que os filhos biológicos (Brauner & Aldrovandi, 2010).

Com o novo Código de Menores de 1979 passa a existir dois tipos de adoção, a plena e a simples. A adoção plena era concedida a crianças até sete anos de idade, sendo esta irrevogável de modo a cortar, definitivamente, os laços da criança com a família biológica. Já a adoção simples era realizada entre crianças de sete a dezoito anos de idade e o vínculo com a família adotiva era mais restrito (Maux & Dutra, 2010).

Em 1980 acontece, na América Latina, a chamada Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, segundo a qual a criança passa a ser vista como sujeito de direito. No ano de 1988, com a mudança na Constituição Federal e a criação da Doutrina da Proteção Integral, os direitos das crianças passaram a ser mais considerados. O modelo familiar se transformou profundamente, baseando-se, agora, na dignidade da pessoa, igualdade e liberdade. Dessa forma, fica proibida a distinção entre filhos biológicos e adotivos, tendo, as crianças, o direito à convivência familiar (Azambuja, 2003; Brauner & Aldrovandi, 2010; Maux & Dutra, 2010).

A partir da perspectiva dos direitos das crianças, nasce, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual visa à proteção integral de todos os cidadãos menores de 18 anos. Com o ECA a adoção passa a ser concebida como uma medida de proteção à criança e não como a realização do desejo dos pais adotivos. Com ele, os filhos biológicos e os filhos adotivos passam a ter efetivamente os mesmos direitos e a prática da adoção é regulamentada no Brasil. Assim, qualquer pessoa maior de 21 anos pode

adotar uma criança, sendo casada ou não (Azambuja, 2003; Brauner & Aldrovandi, 2010; Maux & Dutra 2010).

Em 29 de Julho de 2009 foi aprovada a Nova Lei Nacional da Adoção, a qual modifica alguns artigos do ECA e da Constituição Federal referentes à adoção. Agora podem adotar maiores de 18 anos, independente do estado civil ou da orientação sexual. Entretanto, quando a adoção for realizada por casais, torna-se necessário que sejam casados no cartório ou que mantenham uma união estável. A diferença de idade entre adotante e adotado continua a ser de 16 anos (Lei n. 12.010, 2009).

Com a nova lei, as crianças afastadas dos pais biológicos devem permanecer em abrigos por no máximo dois anos, a não ser que seja comprovada a necessidade de permanência da criança por mais tempo para sua assistência. As crianças terão sua situação analisada por profissionais de seis em seis meses e os irmãos não podem ser separados. A lei também prevê assistência psicológica para as gestantes que desejem entregar seu filho para adoção, considerando a possibilidade de depressão pós-parto ou depressão gestacional (Lei n. 12.010, 2009).

Quando retiradas da família biológica, a mesma deverá receber auxílio, no sentido de ser preparada para o retorno da criança (Lei n. 12.010, 2009). Reinsere a criança em sua família de origem passa a ser a ação preferencial. Com esse objetivo, a lei traz a noção de *Família Extensa ou Ampliada*, composta pelos tios, avós e outros parentes que se encarregarão do cuidado da criança, caso a família nuclear não possa fazê-lo. Somente após a comprovação judicial da impossibilidade da criança permanecer com sua família de origem, ela poderá ser adotada por outra família (Oliveira & Shwartz, 2013; Lei n. 12.010, 2009).

A adoção de crianças indígenas e quilombos é destinada preferencialmente a famílias que partilhem de sua etnia e cultura. Quando a família adotiva tiver uma cultura diferente da criança, deverá respeitar sua identidade sociocultural. As crianças e adolescentes que passarem a viver com a família adotiva têm sua opinião em relação à adoção considerada e, quando maiores de 12 anos, é preciso colher seu consentimento em uma audiência (Lei n. 12.010, 2009).

A Nova lei também tem como objetivo divulgar a informação de que a adoção é realizada para o bem da criança, reconhecendo o direito de convivência familiar para a formação da identidade das pessoas. Além disso, ela estimula a adoção tardia, a adoção de crianças com necessidades especiais, deficiências, grupos de irmãos, crianças portadoras do vírus HIV e adoções inter-raciais (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Machado, Ferreira & Seron, 2015).

Quanto aos futuros pais adotivos, estes devem se dirigir ao fórum de sua cidade ou região com RG e comprovante de residência. Após terem sua documentação aprovada, irão passar por uma triagem realizada por psicólogos e assistentes sociais que tentarão identificar as reais motivações para a adoção, orientá-los quanto à espera da criança e conhecer sua família extensa, que muitas vezes desconhece que o pretendente à adoção está trilhando tal caminho. Em seguida são cadastrados, preenchendo uma ficha de inscrição com seus dados e com as características da criança desejada, e passam a aguardar a chegada da criança, espera esta que pode durar anos. O candidato é chamado através da ordem cronológica do cadastro (Associação dos magistrados, n.d; Gondim *et al*, 2008).

As informações colhidas sobre os pretendentes à adoção e sobre as crianças aptas a serem adotadas são reunidas em um banco de dados chamado Cadastro Nacional da Adoção (CNA). Este tem como objetivo prover o acesso às informações de um determinado caso a todos os juízes envolvidos (Pereira & Azambuja, 2015).

Podem ser adotadas crianças e adolescentes cujos pais biológicos tenham desaparecido, falecido, sejam desconhecidos, tenham perdido o Poder Familiar ou tenham procurado o poder Judiciário para encaminhar seu filho para adoção. Podem adotar pessoas maiores de 18 anos de idade, que sejam 16 anos mais velhos do que o adotado, e apresentem um ambiente familiar considerado apropriado para o desenvolvimento da criança e para a criação de de vínculos afetivos, conforme Cartilha da adoção (Associação dos magistrados, n.d).

Existem dois tipos de candidatos à adoção que são reprovados: os inaptos e os inidôneos. No primeiro caso, os candidatos não foram considerados pelos profissionais como suficientemente preparados para

adotar. Dessa forma, podem ser encaminhados para acompanhamento em psicoterapia ou grupos de apoio à adoção e, futuramente, serem reavaliados. Já os considerados inidôneos são avaliados com acentuado comprometimento psíquico ou como um risco à criança, por terem cometido algum delito grave. Esse segundo tipo é excluído do cadastro de pretendentes definitivamente (Associação dos magistrados, n.d).

Quando uma criança ou adolescente possui um cadastro compatível com o dos futuros pais adotivos, estes são convocados para novas entrevistas com os psicólogos e assistentes sociais, que irão lhes apresentar o que conhecem sobre a vida da criança e verificar possíveis mudanças na vida do adotante. Por fim, os pais adotivos terão um período de convivência com a criança para que, tanto eles quanto ela, possam se conhecer e se adaptarem à nova vida em família. Esse período é acompanhado pela equipe interdisciplinar responsável pelos arranjos das adoções e varia em cada caso. Durante o estágio de convivência, os pais adotivos têm a guarda da criança, mas ainda não foi dada a sentença de adoção pelo juiz (Associação dos magistrados, n.d).

Quando uma criança é adotada, ela passa a ter o sobrenome da família adotiva, assim como o nome dos pais adotivos em sua certidão de nascimento. Assim, os vínculos jurídicos com os pais e parentes biológicos são anulados. Entretanto ainda se mantêm os impedimentos matrimoniais, o que significa que o adotando não poderá se casar com seus pais ou irmãos biológicos. A família biológica não pode ter seu filho de volta após ele ter sido adotado por outra família. A adoção é para sempre, mas, assim como os pais biológicos, os pais adotivos também podem perder o Poder Familiar (Associação dos Magistrados, n.d).

Segundo a Cartilha da adoção, são motivos de perda do Poder Familiar: “castigar imoderadamente o filho, deixar o filho em abandono, praticar atos contrários à moral e aos bons costumes, descumprir determinações judiciais” (p. 6). Dessa forma, miséria e pobreza não são motivos suficientes para que os pais percam a guarda de seus filhos. Se a família viver em pobreza ou miséria, antes de ter o Poder Familiar destituído, deve receber auxílio de políticas de atenção à família (Associação dos Magistrados, n.d).

O processo de adoção é considerado segredo de justiça e apenas ao adotado é permitido o acesso a essas informações. No entanto, para que esse acesso seja liberado é necessária a autorização do juiz. Os pais biológicos que foram destituídos do Poder Familiar não podem recorrer a esse material. Para as mães adotivas, é dada licença maternidade de 120 dias quando adotam crianças até um ano de idade, de 60 dias quando adotam entre um ano e quatro anos de idade e de 30 dias quando adotam crianças entre quatro e oito anos de idade. Aos pais adotivos são dados 5 dias de licença paternidade (Associação dos Magistrados, n.d).

Por fim, a Cartilha da adoção aponta para a importância de preparar os pais adotivos para receberem o futuro filho, pois nesse momento de preparação os pais podem entrar em contato com suas expectativas e imaginário em relação à criança. Ao terem seus temores ouvidos e acolhidos, é possível elaborar experiências que poderiam ser um obstáculo à construção do vínculo com o filho, abrindo-se para o encontro com a criança real e suas necessidades.

## **1.2 Os sentidos da adoção e sua repercussão emocional**

O imaginário social é constituído pela memória afetivo-social de uma cultura e sociedade, sendo as criações imaginativas uma forma de apreender, estruturar e elaborar a vida. Sua infinita rede de significados permeia o cotidiano das pessoas, expressando-se sob a forma de mitos, costumes, símbolos, alegorias, rituais, imagens, crenças, utopias e ideologias. Estes elementos, carregados de significado, fundamentam o olhar das pessoas sobre os acontecimentos do mundo, moldando suas condutas e sua forma de ser frente às diferentes situações da vida (Baczko, 1999).

É através do imaginário social que as pessoas estruturam seus papéis e suas relações, constroem suas identidades e elaboram uma representação de si mesmas na sociedade da qual fazem parte. Assim, além da rede de significados que o imaginário produz acerca das situações do mundo e da vida, também estabelece sistemas de valores que visam a legitimar ou invalidar, justificar ou acusar, incluir ou excluir. Esses significados moldam a maneira das pessoas pensarem, sentirem e agirem (Baczko, 1999).

Maux e Dutra (2010) nos revelam que a adoção no Brasil e no mundo teve diferentes sentidos segundo as sociedades e épocas em que se praticava essa filiação, sendo valorizada ou desvalorizada. Por anos foi realizada para que pais inférteis pudessem deixar seu legado, como os pais biológicos deixavam para seus filhos. Um dos grandes significados que marcam a adoção é o ligado à infertilidade, revestindo o imaginário social com dor, frustração e piedade para com as famílias adotivas.

Na época da colonização, como pontuam Maux e Dutra (2010), quando as famílias recebiam crianças em seus lares como forma de obter mão de obra gratuita em troca de um lar, educação e comida, os principais sentidos atribuídos à prática da adoção eram a caridade, a bondade, a compaixão. A grande quantidade de “adoções à brasileira” e a própria roda dos enjeitados, também contribuíram para fomentar sentimentos de vergonha e humilhação, estabelecendo-se um segredo e um tabu acerca da adoção.

As diversas legislações que tratavam filhos biológicos e filhos adotivos de forma distinta foram significando a família adotiva como uma família ilegítima ou inferior à formada pela consanguinidade (Maux & Dutra, 2010; Wegar, 2000). É recente a época em que os filhos adotivos passaram a ser vistos com os mesmos direitos dos filhos biológicos e, embora o ECA busque valorizar o bem estar das crianças sem idealizar a família biológica, este laço ainda é visto como superior. Afinal, como lembram Maux e Dutra (2010), as crianças têm o direito de permanecer em suas famílias de origem e, como segunda opção, ficar com parentes próximos, sendo a família adotiva considerada somente quando se esgotam todas as tentativas de manutenção da criança junto à família biológica.

Wegar (2000) chama nossa atenção para o fato dessa ideologia da família genética estar enraizada, inclusive, no imaginário de profissionais que estudam e convivem com famílias adotivas, contribuindo para a concepção preconceituosa de que famílias adotivas são mais propensas a apresentar dificuldades. Os mesmos profissionais ainda tendem a enviar mensagens ambíguas para os pais adotivos, ora afirmando que estes são os pais verdadeiros da criança, ora questionando-os sobre o momento em que contarão ao filho que não são seus pais verdadeiros.



Maux e Dutra (2010) se referem à “cultura dos laços de sangue” quando há supervalorização dos próprios genes e do próprio sangue, ideia que repercute no imaginário social sobre a adoção, criando fantasias e mitos. Assim, as autoras explicam que a criança adotada ocupa o lugar de estranho no imaginário de duas formas: a primeira, por ter sido rejeitada pela família de origem e, a segunda, por ser diferente da família adotiva (Sequeira & Stella, 2014).

Ferreira-Teixeira (2006) encontrou em sua pesquisa quatro campos de sentidos afetivo-emocionais relacionados com o imaginário da criança adotiva, sendo eles: o abandono, a mentira, o estranho e a psicopatologia. A autora explica que o abandono se refere ao imaginário acerca das experiências de rejeição e desamparo vividas pela criança. O campo sobre a mentira alude ao ato de ocultar a história verdadeira da criança, da família e da sociedade, tornando-a obscura. O sentido de estranho atribuído à criança adotiva diz respeito às projeções sociais quanto aos temores referentes àquilo que nos é desconhecido. Por fim, o campo da psicopatologia revela as teorias que buscamos para tentar explicar as condutas e os sofrimentos intensos que as crianças adotivas supostamente vivenciam.

Os tabus e preconceitos quanto à adoção também se estruturam segundo o mito do amor materno, de acordo com o qual todas as mães amam seus filhos incondicionalmente, sendo esse amor visto como inerente à condição feminina. Nesse sentido, perder o amor dos pais biológicos, principalmente da mãe, parece ser, para a sociedade em geral, algo irreparável na vida de uma pessoa (Badinter, 1985; Huber & Siqueira, 2010).

Apesar dos mitos, fantasias e preconceito a respeito da família adotiva, seu lugar na cultura vem mudando, conforme expõem Schettini, Amazonas e Dias (2006)

A adoção sobreviveu, por um longo período de tempo, num contexto marginal, e o filho adotivo era visto como um verdadeiro “forasteiro” da cultura. Este cenário tem se alterado favoravelmente nos últimos anos. As famílias adotivas, aos poucos, vêm adquirindo visibilidade, saindo da clandestinidade a que haviam sido relegadas, sufocadas que estavam pelo estigma dos mitos e preconceitos arraigados no imaginário popular. Os esforços conjuntos da sociedade em geral e os muitos exemplos de adoções bem sucedidas de que se tem notícia ultimamente têm contribuído nesse sentido. (p.286)

Dessa forma, ainda que os significados que permeiam o imaginário social sobre a adoção venham mudando ao longo dos anos, ainda existem lacunas sobre este assunto, tanto em produções científicas, nas quais se baseiam as práticas profissionais, quanto na exposição do tema pela mídia, conforme Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009) pontuam.

Com a Nova lei da Adoção e as mudanças no ECA ficam em evidência os interesses da criança. Dessa forma, a adoção toma o sentido de proteger as crianças e os adolescentes, proporcionando-lhes um bom ambiente familiar (Rosa, Boris, Melo & Santos, 2016). Assim, o objetivo de adotar crianças passa a ser o de encontrar uma família para elas, e não mais o de encontrar filhos para os casais. Tendo como base esse objetivo são incentivadas as adoções de crianças percebidas como preteridas, tais como crianças mais velhas e adolescentes, crianças com necessidades especiais, crianças de diferentes etnias, grupos de irmãos, entre outros. Esses incentivos buscam sensibilizar as pessoas para adotar crianças com perfis diferentes daqueles escolhidos pela maior parte dos pretendentes: bebês e crianças pequenas que se pareçam com eles. Dessa forma, muitos pretendentes são levados a mudar o perfil do futuro filho (Machado, Ferreira & Seron, 2015).

No entanto, muitas pessoas mudam o perfil da criança para não ter que esperar na fila por muito tempo, pois a escolha por bebês faz com que o processo de adoção demore anos (Machado, Ferreira & Seron, 2015), dando aos casais a sensação de que estão em “uma fila de espera interminável” (Gondim et al, 2008, p. 162). Assim, o tempo que se prolonga além do esperado e a burocracia, com todas as suas exigências e formalidades, são percebidas pelos casais como um dos fatores que mais gera expectativas e desmotivação, aumentando sofrimentos, questionamentos e fazendo com que nasçam e cresçam fantasias em relação à adoção (Gondim et al, 2008; Huber & Siqueira, 2010; Rosa, Boris, Melo & Santos, 2016).

As novas leis determinam que os pretendentes à adoção sejam avaliados para serem habilitados, o que não escapa à percepção dos adotantes, que se sentem cobrados para serem bons pais (Schetini, Amazonas & Dias, 2006). Alguns grupos de apoio à adoção servem como amparo aos casais que compartilham seus sofrimentos e experiências com outras pessoas que os entendem, deixando de se sentirem sozinhos ou os únicos a carregar

aquelas tristezas e ajudando-os a ter esperança e confiança quanto à sua situação (Gondim et al, 2008; Huber & Siqueira, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015). No entanto, existem grupos de apoio à adoção que realizam trabalhos mais voltados à informação do que ao compartilhar simbólico (Ferreira-Teixeira, 2006).

Assim, os pais adotivos também sentem o peso da responsabilidade de realizar uma adoção com êxito, formar um forte vínculo afetivo com o filho adotivo e o ajudar na construção de sua identidade, uma vez que precisam suportar e sobreviver à rejeição e aos sentimentos ambíguos de amor e ódio que a criança lhes dirigirá, sem que se sintam inseguros ou impotentes, o que com que a criança revivesse o seu poder de destruição e o trauma da rejeição (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Dias, Silva & Fonseca, 2008; Levy, Diuana & Pinho, 2009; Machado, Ferreira & Seron, 2015; Santos, Raspantini, Silva & Escrivão, 2003).

Alvarenga e Bittencourt (2013) explicam que

Espera-se que os adotantes sejam capazes de não se deixar ferir profundamente em sua capacidade parental e em sua auto-estima, possam conter e serem depositários da memória da criança, facilitando uma regressão necessária, que precede a retomada do processo de desenvolvimento. Espera-se que funcionem como um continente estável, capaz de continuidade, pois caso não consigam efetuar a função de metabolizar as ansiedades infantis, poderão reforçar a vivência traumática pré-existente. (p.44)

No entanto, ainda que faça parte da construção da parentalidade os medos, feridas, lutos, silêncios, segredos e recalques, Gutierrez, Castro e Pontes (2011) acreditam que ela ainda é desejada e sonhada não só pelas mulheres, mas por homens e crianças, que dificilmente renunciariam aos ideais de segurança e amor que a família representa.

No contexto da parentalidade adotiva, a idealização da futura família, além de remeter ao romance familiar narcísico de cada um dos pais, conduz à ideia da criança que resgata o casal da impossibilidade de dar origem a uma família. Por outro lado, quando o próprio papel parental é idealizado, são os pais que se tornam os salvadores da criança abandonada. Dessa forma, são reparadas as feridas narcísicas de alguns pais adotivos, conferindo a si

mesmos um papel de grande importância na história do filho (Combier & Binkowski, 2017).

Na Psicanálise o termo *fantasia* se refere às criações imaginárias, conscientes ou inconscientes que visam à satisfação de um desejo. Freud (1909/2006a) se refere à fantasia das crianças que, na busca por resolver frustrações frente aos pais reais, imaginam-se adotadas pelos pais biológicos e filhos verdadeiros de um rei e uma rainha. Na filiação adotiva essa fantasia parece ter um substrato real para fomentar angústias profundas nos pais adotivos (Noel & Soulé, 2005; Perron, 2005).

O medo de que os laços de sangue sejam mais fortes do que os laços afetivos construídos com os filhos adotivos, faz com que muitos pais adotivos alimentem a fantasia de que serão abandonados pelos filhos, em favor dos pais biológicos (Levinzon, 2006; 2015; Maux & Dutra, 2010; Schettini, Amazonas & Dias, 2006;). Isso ainda leva muitas pessoas a fantasiar que cometeram um crime, roubando, raptando ou furtando a criança e, com isso, separaram-na de seus verdadeiros pais. Dessa forma, os pais adotivos são assolados pelo sentimento de culpa e pelo medo de serem julgados ou de perderem o filho (Huber & Siqueira, 2010; Levinzon, 2006; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008).

Nessa perspectiva, os pais adotivos passam a competir com os pais biológicos da criança, temendo que ela deixe de amá-los ou pense que eles não a amam verdadeiramente. Ainda podem sentir-se julgados em seu papel de pais, pelo filho e pela sociedade e, caso o filho deseje conhecer a família biológica, sentem que fracassaram em sua função (Huber & Siqueira, 2010; Rosa, 2008).

O olhar dos pais adotivos sobre os pais biológicos da criança é inundado por ambivalentes significações. Se, por um lado, não conseguem aceitar a ideia de que uma mãe possa entregar seu filho para outro, embasando-se na concepção de que o amor materno é inato e incondicional, e que, por essa história, a criança já está marcada pela rejeição; por outro lado, existem pais que passam a glorificar essa mãe por não ter abortado e, assim, ter-lhes permitido adotar seu filho (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Huber & Siqueira, 2010).

O receio de que a parentalidade adotiva possa ser menos valiosa do que a constituída pela consanguinidade leva alguns pais a esconder a história da criança, tentando anular e negar sua cena de origem, da qual não participaram (Combiér & Binkowski, 2017; Levinzon, 2006; 2015; Maux & Dutra, 2010). Schettini, Amazonas e Dias (2006) sugerem que a intenção de ter uma criança sem passado, ou a adoção de crianças provenientes de lugares distantes, visa apaziguar o medo de que a família biológica interfira na relação.

Revelar a história da adoção ao filho passa a ser, então, um dos motivos de intensa angústia dos pais, os quais imaginam que o filho poderá deixar de amá-los quando souber a verdade, ou mesmo, questionar o lugar dos pais. Esses medos podem comprometer a imposição de limites, por parte dos pais, formando crianças rebeldes e transgressoras, o que contribui para o imaginário de que as crianças adotadas geram mais conflitos. É possível perceber que não é a adoção que gera conflito, mas a insegurança dos pais no vínculo construído com o filho (Huber & Siqueira, 2010; Levinzon, 2006; 2015; Maux & Dutra, 2010).

Outro medo compartilhado por muitos casais que esperam pelo filho é o de que a criança porte genes patológicos ligados a doenças, uso de drogas, alcoolismo, criminalidade e prostituição, que possam influenciar em sua personalidade, ou, ainda, consequências adversas relacionadas à sua história de vida anterior à adoção, acreditando que a rejeição dos pais biológicos e as dificuldades enfrentadas após esse abandono sejam irreparáveis. Atrelado a esse medo, nasce, ainda, o sentimento de culpa por desejar a criança perfeita, quando escolhem suas características (Amazonas & Dias, 2006; Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Huber & Siqueira, 2010; Levinzon, 2015; Maux & Dutra, 2010; Schettini; Sequeira & Stella, 2014).

A maioria dos pais escolhem bebês e crianças que se pareçam com eles fisicamente. Essas escolhas são interpretadas por diversos autores (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Huber & Siqueira, 2010; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008) como a tentativa de reproduzir e imitar o modelo da família biológica, a qual é considerada verdadeira e legítima, tentando ocultar da criança, da sociedade e de si mesmos que possuem uma ligação por adoção e não por consanguinidade.

Por essa razão, é comum que os grupos de apoio à adoção busquem auxiliar os pais adotivos a elaborar as peculiaridades de sua parentalidade, para que estas possam constituir sua identidade parental e criar um espaço psíquico para receber o filho adotivo em suas diferenças (Huber & Siqueira, 2010; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008; Schetini, Amazonas & Dias, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

Outra motivação que leva os pais a imitar o modelo da família biológica, através das características físicas de seus filhos adotivos, é o medo de sofrerem, ou verem a criança sofrer, algum preconceito, indiscrição ou estranhamento, por parte de outras pessoas. Wegar (2000) pondera que as famílias adotivas passam a ser estigmatizadas em seu cotidiano, o que poderia explicar grande parte de seu sofrimento, mais do que fantasias e medos inconscientes. No entanto, alguns autores (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Levinzon, 2006; Maux & Dutra, 2010; Rosa, 2008) acreditam ainda que o preconceito atribuído ao outro, pode ser uma forma dos pais projetarem no meio social seu próprio sentimento de estranhamento em relação ao filho que não possui seu sangue atestando sua filiação.

Huber e Siqueira (2010) assinalam que a gestação simbólica, termo que designa a espera pelo filho adotivo, além de ser longa e indeterminada pelo tempo, diferente da gestação biológica, ainda é invisível ao outro, por não ocorrerem mudanças no corpo da mulher. Essa espera é carregada de tensões, ansiedades, expectativas, sonhos e esperanças que participam da construção da imagem do filho, inscrevendo-o em um universo simbólico parental. A forma como cada um vai lidar com seus sentimentos durante essa fase poderá facilitar ou dificultar a construção do vínculo com a criança, acolhendo-a ou defendendo-se de sua história e diferenças, investindo nessa relação e nessa criança como objeto narcísico ou reconhecendo-a em sua singularidade (Combiér & Binkowski, 2017; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Negar a história verdadeira do filho, tornando-a um segredo ou um tabu, ao invés de integrá-la em seu presente, é negar uma parte da própria identidade da criança, tornando-a refém do conflito que existe, no psiquismo dos pais, entre seu passado e seu presente, e fazendo com que essas lacunas

em sua história reapareçam sob a forma de sintomas (Levinzon, 2015; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Sequeira e Stella (2014) explicam

Para que a adoção dê certo, é preciso que o *enxerto* funcione, é preciso que a criança crie raízes na árvore de acolhida, sua história precisa ser tecida na relação com os pais adotivos. E para acolher um filho, é preciso que os pais acertem contas com suas filiações, heranças e desejos (p. 76).

Para receber verdadeiramente o filho em sua vida, sem que fantasmas do passado venham assombrar essa relação, os pais precisam revisitar suas próprias histórias e heranças, a fim de criar um espaço legítimo para esse filho, pois o que é esperado e imaginado pelos pais participará da própria constituição de eu da criança e, conseqüentemente, na forma como ela passará a existir no mundo (Levinzon, 2006; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008; Sequeira & Stella, 2014).

Cecílio e Scorsolini-Comin (2016) se referem ao desejo de parentalidade como uma forma de reparar a relação com os próprios pais, na medida em que reatualiza e ressignifica fantasias infantis em cada um dos membros do casal e movimenta memórias narcísicas que serão refletidas em sua parentalidade. Ao tornar-se pai e mãe, as pessoas passam a revisitar seu passado e sua relação com os próprios pais, de modo a reformular suas representações parentais, tanto imaginadas quanto reais, resgatar ideais infantis e atualizar afetos, desejos e investimentos, ao sair do lugar de filho para ocupar o lugar de pai/mãe. Nesse novo lugar mesclam-se, no psiquismo dos pais, o bebê imaginado e o bebê imaginário, sendo, o primeiro, o bebê construído pelos ideais e convenções sociais e, o segundo, fruto dos desejos inconscientes dos pais (Dayan, 2016).

O texto *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (Freud, 1914/2006b) abre portas para vislumbrarmos algumas das projeções parentais que lhes permite reviver seu próprio narcisismo através do filho, poupando-o de dores oriundas do contato com a realidade que precisaram considerar e exultando suas qualidades, enquanto encobrem seus defeitos. Freud (2006/ 1914) escreve

A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina

se casará com um príncipe como compensação para sua mãe. No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetual, inequivocamente revela sua natureza anterior. (p. 98)

O desejo e a construção de um filho imaginário, além de possibilitar a negação da perda de uma parte de si, vislumbrando no filho sua continuidade no mundo, evitando uma ferida narcísica, também trazem poder ao homem e à mulher que, psiquicamente, conseguem construí-lo de modo a satisfazer os seus próprios ideais. Esse desejo aparece então, de diferentes formas ao longo da vida das pessoas, unindo a história pessoal de lutos e fantasias, a relação com seus próprios pais e com seu companheiro e, por fim, desembocando na construção imaginativa de uma criança (Levinzon, 2006; Petit, 2005).

Cada um dos membros de um casal possui, então, suas próprias motivações, desejos, fantasias e medos em relação ao futuro filho, sendo influenciado pela história que vive com seu parceiro, mas, para além desta, sendo influenciado por diversos outros relacionamentos e histórias construídas ao longo de sua vida (Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015).

Sendo a parentalidade construída tanto por fantasias quanto pela realidade, os sentidos afetivo-emocionais atribuídos pelos pais à tarefa parental se tornam primordiais, pois guiam o cuidado aos filhos, assim como estruturam o vínculo que irão construir com eles. Esses sentidos carregam não só as histórias de cada um dos membros do casal, mas, também, a história dos dois juntos e de seu relacionamento, seus diferentes momentos e significados (Gutierrez, Castro & Pontes, 2011; Levinzon, 2006).

Para receber e acolher o futuro filho adotivo, independentemente do motivo que levou a pessoa à adoção, é preciso que os pais olhem para os diversos elementos que compõem a sua própria história, significando e aceitando suas próprias filiações, legados e desejos. A partir desse contato íntimo com os sentidos atribuídos à sua parentalidade, poderão incluir o filho na genealogia de forma legítima, permitindo-lhe que ocupe um lugar simbólico na história da família, enquanto respeitam sua história, tecendo, conjuntamente, a nova história daquela família (Sequeira & Stella, 2014).

Rosa (2008) esclarece



A fantasmática da família adotiva, tanto para pais como para filhos, depende das condições de desejo dos pais, da possibilidade de estes inscreverem seus filhos na amarragem simbólica familiar, inscrevê-los em uma história que já começou a ser contada muito antes da chegada deles. (pp. 108-109)

Assim, Levinzon (2015) chama a nossa atenção para a importância de que os pais adotivos elaborem psicologicamente a adoção do filho, para que possíveis sentimentos de rejeição não venham a interferir na relação com a criança, mas que os pais consigam abrir espaços legítimos para aceitar o filho e sua parentalidade adotiva.

Dada à complexidade de significações e situações que o processo de adoção engendra, seja pelos tortuosos caminhos da lei que nem sempre primam pelo bem estar das crianças, embora o anunciem, seja pelo sofrimento dos pais adotivos que lutam para conciliar seus desejos e necessidades com as exigências jurídicas, ou pelo sofrimento de crianças abandonadas, negligenciadas ou torturadas, objetivamos compreender os sentidos afetivo-emocionais da adoção para casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo.

## **2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS**

### **2.1 Uma pesquisa qualitativa**

Para compreender os sentidos afetivo-emocionais de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo, o presente trabalho foi desenvolvido através da metodologia qualitativa, a qual se utiliza do texto e do discurso como base para a investigação em profundidade da realidade estudada, considerando a construção social dessa realidade, a perspectiva dos participantes e os sentidos que eles atribuem a essa realidade (Flick, 2014).

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que o pesquisador é parte integrante de sua pesquisa, coproduzindo os dados, por meio da atitude interpretativa que lhe permitirá o acesso, em nosso caso, aos sentidos afetivo-emocionais dos pretendentes à adoção. O pesquisador qualitativo não visa à neutralidade, uma vez que considera a produção intersubjetiva de seus dados, mas objetivará a postura empática, segundo a qual não julgará quaisquer atribuições de sentido que emergem do encontro com seus participantes (Flick, 2014).

Por vezes é necessária a adaptação do método para que o pesquisador realize o seu estudo de forma a adequar-se ao campo e aos casos que serão estudados, como pontua Flick (2014), na medida em que o fenômeno é vivo e mutante. O pesquisador qualitativo buscará estudar o fenômeno, a situação ou o caso no contexto em que ele se produz, evitando o isolamento e o controle que o descaracterizariam (Stake, 2011).

### **2.2 O Narrar e as Narrativas**

Narrar uma história, um evento, um acontecimento ou experiência significa organizá-lo temporalmente, de forma a ter um início, um meio e um fim, inscrever as impressões do narrador sobre a experiência narrada e compartilhá-la com outras pessoas, o que torna essa experiência uma herança que é passada de pessoa a pessoa (Benjamin, 1992).

Para Safra (2006)

O narrar refere-se à possibilidade de se contar uma experiência pois no cerne de todo narrar há uma experiência. Ao narrarmos uma situação buscamos compartilhar uma experiência de vida, tornando-a presente. É necessário enfatizar a importância da possibilidade de se ter uma experiência. Situação que demanda que haja alguém que tenha presença e possa ser afetado, atravessado pela experiência. O experimentar constitui um saber tácito sobre a experiência humana... (p. 24)

Assim, o narrar possibilita que as pessoas apreendam e integrem em seu ser as experiências que tiveram, tornando-as parte do saber e do conhecer sobre as infinitas possibilidades de existência humana, o que se dá de forma pessoal e transgeracional. Além de tornar a experiência presente, a narrativa também fala do eterno, pois é a memória do que foi significativo, sendo parte de todos os homens e tornando suas angústias suportáveis, à medida que são compartilhadas (Safra, 2006).

Granato, Corbett e Aiello-Vaisberg (2011) contam que a narrativa do paciente sobre os sonhos e seu cotidiano inauguram a Psicanálise como método para a descoberta e compreensão dos sentidos afetivo-emocionais da experiência humana

Uma narrativa que se produz no tempo e de maneira espontânea é sempre singular e coletiva, pois a cada nova versão encontramos a personalidade do narrador assim como o contexto do qual ele parte, forjando o narrar como recurso inesgotável de comunicação do humano. (p. 158)

Para Dutra (2002), que adota a abordagem fenomenológica na pesquisa, é através das narrativas e do ato de narrar que as pessoas contam sua história. Entretanto, não apenas contam, partilhando experiências com os ouvintes ou leitores, mas também desvelam suas perspectivas a respeito de determinado fenômeno, construindo e reconstruindo significados para aquela experiência. O narrar se torna um meio de introduzir aquele que escuta na vida de quem conta e, quando usado como um método de investigação, o pesquisador deve ter o cuidado de recolher aquela experiência sem analisá-la *a priori*, para que possa recebê-la da forma mais genuína possível.

Brisola, Cury e Davidson (2017), também através de uma ótica fenomenológica, explicam que as narrativas construídas têm o sentido de apreender a experiência vivida. Por retratar o encontro do pesquisador com o participante, a subjetividade do pesquisador é levada em conta assim como a

possibilidade de abertura a novas possibilidades de experiência, pois uma narrativa não termina em si mesma e pode vir a abarcar novos significados a partir de outras vivências humanas. No entanto, para tentar compreender da maneira mais genuína possível como o fenômeno é elaborado pelo participante, é necessário que o pesquisador mantenha uma atitude empática, na qual ele se abre verdadeiramente para o que é dito pelo participante.

Segundo Flick (2014), as narrativas como método de coleta de dados contam, de forma real ou imaginária, como o narrador concebe determinado fenômeno. Assim, no momento em que narram suas histórias, os participantes são considerados “especialistas e teóricos de si mesmos” (p.165). Apenas em um segundo momento, após já terem terminado suas histórias, o pesquisador poderia fazer perguntas sobre lacunas que não foram preenchidas. Utilizar narrativas como método de coleta de dados significa recolher, através dessas histórias, possíveis sentidos atribuídos a um fenômeno, visando construir ou reconstruir uma teoria.

Com base nessas perspectivas sobre as diversas possibilidades de interpretações de experiências humanas a partir de um material narrativo, esta pesquisa baseou-se nas Narrativas Interativas dos participantes sobre o que imaginavam da futura vida familiar com seu filho adotivo, assim como seu processo de adoção, para que, em um segundo momento, a pesquisadora escrevesse as narrativas dos encontros com cada casal. Dessa forma, compuseram o *corpus* da pesquisa as NI e as narrativas da pesquisadora, as quais tiveram como objetivo descrever os encontros e os diálogos com os participantes que compartilharam suas experiências e histórias, introduzindo a pesquisadora em uma parte de suas vidas.

### **2.3 Uma pesquisa de inspiração psicanalítica**

O método psicanalítico para apreensão de um fenômeno psíquico consiste no tripé: associação livre, atenção flutuante e interpretação transferencial (Herrmann, 2001). A associação livre consiste no paciente dizer ao analista tudo o que lhe vem à mente sem censurar ou escolher o conteúdo (Mijolla, 2005). No entanto, “nunca um paciente consegue associar livremente. Quando lhe pedimos que o faça, já é sabendo que as resistências que vai opor

ao fluxo livre de ideias constituirão o autêntico fio condutor que nos guiará para interpretar” (Herrmann, 2001, p.62). A atenção flutuante é a postura do analista que responde à associação livre de ideias no paciente. Nela, o analista não detém maior importância em algum assunto específico, mas fica atento a tudo o que é dito, tentando perceber sentidos ocultos ou inconscientes (Mijolla, 2005). Para Herrmann (2001), “o analisando fala de sua realidade, o analista escuta-o pelo ângulo da identidade que se entremostra” (p.54). Por fim, a interpretação transferencial é a compreensão dos sentidos que se estabelecem na relação entre o analista e o analisando.

A psicanálise, tomada como método, permite que os pesquisadores ultrapassem os limites da clínica para investigar fenômenos sociais e culturais e a produção de sentidos a eles atribuídas. Aiello-Fernandes, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2012) defendem que o uso do método psicanalítico na pesquisa qualitativa permite a comunicação entre pesquisadores das ciências humanas.

Granato e Aiello-Vaisberg (2013) acrescentam que o método psicanalítico “permite ao pesquisador vislumbrar os sentidos afetivo-emocionais que animam os relatos dos participantes, trazendo para o campo da pesquisa conhecimentos antes circunscritos ao espaço da clínica” (p.22). Dessa forma, a extensão do método psicanalítico para além da clínica possibilita que o pesquisador investigue os sentidos humanos em organizações, produções culturais e na sociedade em geral.

Figueiredo (2009) explica que

É preciso discutir as conexões da psicanálise com outras atividades de cuidado, posto que, frequentemente, o psicanalista é convocado a atuar em colaboração multiprofissional. Mais do que isso, boa parte do que um analista pode hoje oferecer traduz-se na sua capacidade de lançar mão da psicanálise para a interpretação de fenômenos e processos psíquicos intra e intersubjetivos de interesse de todos e, em especial, de interesse para outros agentes de cuidado nos campos da saúde, da educação e da ação social. (p. 21)

Nesse sentido, a produção das narrativas pelos participantes deste estudo, bem como os relatos da pesquisadora visam à produção de sentidos, a qual poderá contribuir para auxiliar pessoas que passam por situações semelhantes (Fulgencio, 2013). Assim se pretendeu a exploração em

profundidade dos sentidos que cada um dos casais participantes construiu em torno do processo de adoção, do filho imaginado e do filho imaginário (Bydlowski, 2008), da futura família como campo das vivências emocionais de casais durante a espera pela adoção do primeiro filho. Além disso, a escuta psicanalítica aqui utilizada como componente do método de aproximação do fenômeno investigado cumpre a dupla função de investigação e de acolhimento dos participantes e seu drama, alinhando este estudo com a ética clínica.

## **2.4 O Jogo do Rabisco e as Narrativas Interativas**

Winnicott (1982/1971) pontua que para se realizar uma terapia é necessário que paciente e terapeuta tenham a capacidade de brincar juntos, e criou o Jogo do Rabisco (Winnicott, 1964/1994c), o qual ele apresentava como convite à expressão emocional da criança em sua primeira consulta. O Jogo consistia em rabiscar um traço em uma folha de papel e convidar a criança a completar o rabisco de maneira a formar um desenho. Na sequência, Winnicott completaria um rabisco feito pela criança, estabelecendo-se assim uma comunicação lúdica e significativa para ambos – paciente e psicoterapeuta. O uso desse jogo, além de ser uma expressão pessoal de Winnicott que gostava de rabiscar, ilustrou sua potencialidade diagnóstica e psicoterapêutica, no contexto das Consultas Terapêuticas (Winnicott, 1971/1984). Winnicott (1968/1994c) explica que “na teoria psicanalítica temos o conceito que é a tela do sonho, um lugar onde o sonho deve ser sonhado” (p. 233), referindo-se ao contato com o inconsciente proporcionado pelos rabiscos.

Tomando o Jogo do Rabisco, como inspiração psicanalítica, assim como o potencial das narrativas como veículo da experiência humana, Granato e Aiello-Vaisberg (2013) criaram as Narrativas Interativas (NI), histórias fictícias, elaboradas pelo pesquisador, em torno de uma situação ou conflito emocional, cuja função é desencadear a associação livre do participante. A NI, cuja trama se interrompe em um momento de clímax, convoca o participante a se identificar com os personagens e, dessa forma, dar um sentido e um desfecho para aquela história/situação/conflito (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011; Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011).

A construção de uma NI também implica a capacidade imaginativa, ou a capacidade de brincar, do pesquisador, uma vez que ele irá criar uma história fictícia sobre um tema, ainda que ela se baseie em experiências reais. Cada NI criada por um pesquisador é discutida com o grupo de pesquisa, a fim de avaliar o seu impacto emocional em cada membro do grupo, cujas associações guiarão as futuras reformulações dessa primeira NI em direção a sua versão final. Para a confecção de uma NI devemos ter o cuidado de não reproduzir estereótipos e, ao mesmo tempo, não nos distanciarmos da realidade vivida, de modo a evitar a idealização e facilitar a identificação dos participantes com a situação narrada. A NI também deve envolver emocionalmente o leitor de forma a potencializar a associação de sentidos que serão projetados na história e mobilizados em relação ao seu devir.

Nesse contexto lúdico e ficcional, as NI se configuram como instrumento de mediação entre o pesquisador e o participante e podem ser realizadas em enquadres de entrevista individual ou coletiva. Assim, o participante é convidado a completar a história livremente e, quando terminada a narrativa, é aberto um espaço acolhedor de reflexão sobre o tema de que trata a pesquisa (Granato, Corbett & Aiello- Vaisberg, 2011; Granato & Aiello-Vaisberg, 2013; Granato, Tachibana & Aiello-Vaisberg, 2011).

Para investigar os sentidos afetivo-emocionais sobre adoção dos casais que aguardam por seu primeiro filho adotivo, foi construída a seguinte Narrativa Interativa, para que os participantes deste estudo a completassem:

*Felipe e Clara olhavam para aquela criança que dormia tranquila, sem imaginar que foi tão desejada, tão esperada. Depois de tanto tempo na fila de espera para adoção, preenchendo papéis e recebendo visitas de assistentes sociais, dividindo medos, angústias e expectativas com outros casais que também aguardavam para realizar o sonho de ter filhos, ela finalmente chegou.*

*Clara disse para Felipe:*

*- Parece que foi ontem! Depois de tudo o que passamos para ter essa criança aqui conosco... Conseguimos, mas ainda tenho alguns medos...*

*Felipe abraçou Clara e respondeu:*

*- Eu também. Ela mudou nossa vida para sempre... Agora não tem mais volta...*

*Percebendo a dúvida do marido, Clara sorriu e disse:*

*- A gente luta tanto pra chegar aqui que até esquece da gente. De repente somos pais e não sabemos o que esperar, o que fazer, o que sentir.*

*- É verdade! Hoje me peguei pensando em como ele seria daqui cinco, dez ou vinte anos!*

*Clara ficou feliz de poder partilhar suas dúvidas com o marido, mas ficou curiosa e perguntou:*

*- Mas o que você imaginou pra daqui cinco, dez ou vinte anos?*

*Felipe ficou sem graça, mas fez Clara prometer que também contaria o que a preocupava tanto:*

*-Tudo bem, eu conto primeiro. Imaginei que...*

## **2.5 O encontro com os participantes**

Após entrar em contato com um Grupo de Apoio à Adoção (GAA) e explicar o objetivo, o método e os procedimentos desta pesquisa para os profissionais responsáveis por esse serviço, ficou combinado que a pesquisadora faria o convite aos casais para participação voluntária na pesquisa em uma das reuniões do referido grupo. Tendo sido convidados, os casais que se manifestassem favoráveis à sua inclusão como participante forneceriam seu contato para que, em um segundo momento, a pesquisadora agendasse a entrevista. O encontro com os participantes, que poderia ser realizado em grupos de casais ou por casal, acabou assumindo este segundo formato, em função da baixa adesão de participantes, a despeito da impressão dos profissionais de que todos os casais participariam da pesquisa.

Como foram entrevistados apenas dois casais do primeiro grupo, foram contatados dois outros GAA, cujos profissionais também se mostraram bastante interessados. Neste caso, os profissionais preferiram encaminhar os casais e, assim, mais dois casais se voluntariaram. Por fim, do terceiro GAA, apenas um casal teve disposição para participar da pesquisa.

Assim, este estudo contou com a participação de 5 casais de três diferentes GAA, localizados em três cidades do interior do Estado de São Paulo. Dois desses casais são homossexuais e três são heterossexuais. Foram



agendados dia, local e horário da preferência de cada casal para o encontro com a pesquisadora. Todos os casais preferiram que a entrevista fosse realizada em suas residências. Após a apresentação da NI, ficavam livres para escolher completá-la em dupla ou individualmente e, uma vez terminada a NI, tinha início o momento de reflexão sobre a experiência da escrita da NI e sobre a experiência de cada casal ao longo do processo de adoção.

## 2.6 Análise das Narrativas

A análise das Narrativas foi realizada com base na literatura científica contemporânea sobre o tema da adoção e na teorização winnicottiana sobre o desenvolvimento emocional primitivo, principalmente os conceitos de *holding* (Winnicott, 1954/1990a), privação (Winnicott, 1956/2002a), objetos e fenômenos transicionais (Winnicott, 1975/1951-69), devoção materna e preocupação materna primária (Winnicott, 1969/1994f; 1956/2000d), além de alguns relatos sobre sua experiência com crianças adotadas (Winnicott, 1953/1997a; 1954/1997b; 1955/1997c).

A análise interpretativa foi realizada com base na teoria dos Campos de Fábio Herrmann (2001), segundo a qual a noção de inconsciente é formulada em termos de inconscientes relativos ou Campos. Cada Campo tem seu funcionamento próprio, com suas regras, dinâmicas e movimentos, podendo tanto fornecer uma estrutura sobre determinada área da vida de uma pessoa, quanto enrijecê-la na mesma, limitando suas possibilidades (Herrmann, 2001). Os campos de sentido afetivo-emocional que resultaram da análise interpretativa do material narrativo, como expressão desse coletivo de casais à espera do primeiro filho adotivo, fazem referência, principalmente ao tempo de espera pelo filho adotivo, ao peso da responsabilidade parental e à relação dos casais com o processo de adoção na contemporaneidade.

## 2.7 Cuidados Éticos

A presente pesquisa está de acordo com o protocolo exigido pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), o qual regulamenta as normas para a realização de pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos da PUC-Campinas, sob o parecer de número 1.915.714 (Anexo A).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Anexo B) informou aos participantes que corriam um risco mínimo de mobilizar conteúdos dolorosos em relação ao tema abordado, em virtude de estarem passando por um processo de adoção, que costuma ser sofrido mas que, caso se sentissem desconfortáveis, poderiam sinalizar à pesquisadora para que esta atendesse suas necessidades, ou os encaminhasse à psicóloga responsável pelo grupo institucional ou, ainda, para um serviço especializado. Porém, isto não foi necessário.

Antes de dar início ao procedimento investigativo, a pesquisadora explicou os objetivos e metodologia da pesquisa, o destino das produções narrativas, além da preservação do sigilo e anonimato. A apresentação da NI se deu após o esclarecimento de todas as dúvidas e direitos dos participantes.

### 3. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL NARRATIVO

As entrevistas com os cinco casais participantes foram registradas pela pesquisadora, logo após cada encontro, e chamadas de narrativas da pesquisadora (NP), logo após cada encontro, enquanto que as Narrativas Interativas (NI) foram completadas pelos casais durante o próprio encontro. Para preservar o sigilo dos participantes foram atribuídos nomes fictícios, assim como foram feitas algumas alterações para impedir a identificação dos casais. Entretanto, a escrita da NI foi mantida na íntegra, assim como suas experiências ao longo do processo de adoção.

Para lembrar o leitor da NI criada pelo grupo de pesquisa que deu origem ao material da pesquisa, ela será reproduzida a seguir:

*Felipe e Clara olhavam para aquela criança que dormia tranquila, sem imaginar que foi tão desejada, tão esperada. Depois de tanto tempo na fila de espera para adoção, preenchendo papéis e recebendo visitas de assistentes sociais, dividindo medos, angústias e expectativas com outros casais que também aguardavam para realizar o sonho de ter filhos, ela finalmente chegou.*

*Clara disse para Felipe:*

*- Parece que foi ontem! Depois de tudo o que passamos para ter essa criança aqui conosco... Conseguimos, mas ainda tenho alguns medos...*

*Felipe abraçou Clara e respondeu:*

*- Eu também. Ela mudou nossa vida para sempre... Agora não tem mais volta...*

*Percebendo a dúvida do marido, Clara sorriu e disse:*

*- A gente luta tanto pra chegar aqui que até esquece da gente. De repente somos pais e não sabemos o que esperar, o que fazer, o que sentir.*

*- É verdade! Hoje me peguei pensando em como ele seria daqui cinco, dez ou vinte anos!*

*Clara ficou feliz de poder partilhar suas dúvidas com o marido, mas ficou curiosa e perguntou:*

*- Mas o que você imaginou pra daqui cinco, dez ou vinte anos?*

*Felipe ficou sem graça, mas fez Clara prometer que também contaria o que a preocupava tanto:*

*-Tudo bem, eu conto primeiro. Imaginei que.....*

### Casal A: Artur e André

<p><b>Artur:</b> 33 anos, tem o segundo grau completo e trabalha como cabelereiro.</p>	<p><b>André:</b> 36 anos, tem o ensino superior em formação e trabalha como enfermeiro.</p>
<p><b>Estão juntos há cinco anos e o tempo de espera para adoção é de três anos.</b> Não têm filhos. A residência é própria e a renda mensal se encontra na faixa de 3 a 6 salários mínimos. O encontro aconteceu na residência do casal.</p>	

### Narrativa da Pesquisadora

Assim que cheguei, Artur abriu o portão e perguntou se tinha sido difícil chegar. Disse-lhe que tinha sido um pouco, pois havia algumas ruas fechadas. Cumprimentei-o e, assim que entrei na sala, chegou seu companheiro, André. Depois de cumprimentá-lo, expliquei o motivo de estar lá, assim como os objetivos e procedimentos da pesquisa. Apresentei a NI, esclarecendo que eles poderiam completá-la juntos ou separadamente. Num primeiro momento disseram que poderiam escrever juntos, pois sabiam que ambos imaginavam a mesma criança.

Quando eu lhes entreguei o formulário sociodemográfico e o TCLE, explicando-lhes o que era e dizendo que eu precisava que eles os preenchessem, Artur sugeriu que apenas conversássemos, sem que fosse preciso escrever a NI. Eu disse que eles decidiriam, mas que lhes entregaria a história para que lessem e escolhessem se a fariam sozinhos ou separados. Entreguei a história para os dois, enquanto cada um respondia e assinava sua folha, estando Artur sentado no sofá da sala e André na mesa da cozinha, ambientes que eram interligados por uma porta ampla. Apesar de minhas instruções para a escrita da NI, Artur reafirmou sua intenção de apenas conversar, sem consultar o companheiro, justificando que não saberia o que escrever e que, mais tarde, eu poderia escrever algo.

Artur se mostrou tão resistente diante da tarefa solicitada que até questionou os nomes dos personagens. Quando respondi que eram nomes

fictícios de uma história fictícia, na tentativa de tranquilizá-lo, ele disse que eu poderia usar os nomes verdadeiros deles, que eles não se importariam, desta vez certificando-se com André se este se importava. André confirmou que não se importava, mas não comentou nada sobre a história. Quando terminaram de completar o questionário e o TCLE, André veio para a sala e se sentou ao meu lado no sofá. Parecia tranquilo quando me perguntou: “É um trabalho de escola? Quando Artur disse que você viria, ficamos ansiosos aqui pensando que poderia ser alguma psicóloga do Fórum, que talvez tivesse chegado a nossa vez, mas depois ele disse que não era...” o que me pareceu uma mistura de ansiedade para receber a criança e frustração por eu não ser a psicóloga que lhes falaria sobre a chegada da filha, mas, ao mesmo tempo, poderia ser vontade de conversar comigo, já que eu estava interessada na história deles. Eu lhes expliquei que já era formada e que esta era a minha pesquisa de mestrado. Sentado ao meu lado, André começou a me mostrar uma pasta onde guardavam os registros das atividades e dinâmicas realizadas durante o grupo de apoio a pretendentes.

Depois da insistência de Artur para que apenas conversássemos, eles me contaram que estavam esperando uma menina há três anos, estando juntos há cinco anos, e que desde o início já pensavam em adotar. Artur encaminhava a conversa, por vezes interrompendo o companheiro. Disse que queria uma menina, pois achava as meninas “mais fofas” e imaginava que conseguiria arrumar (vestir, pentear, enfeitar) uma filha menina, pois menino “já é mais esculachadão” (sic), mas que aceitaria se a menina viesse com um irmão. Disse novamente o quanto achava lindo ter gêmeas (ele já havia me dito isso no dia em que o conheci na reunião do grupo, dizendo que já se imaginava arrumando as duas).

Fiquei duas horas na casa deles e, nesse tempo, notei que eles intercalavam relatos sobre a própria espera e ansiedade e comentários sobre crianças e casos de adoção que conheciam. Artur disse que se tivéssemos tido aquela conversa anos antes, quando eles entraram para o grupo, teriam descrito uma criança totalmente idealizada (sic), mas que, depois de três anos no grupo, já estavam “calejados” (sic), e não imaginavam mais essa criança perfeita, sendo este o motivo pelo qual preferiram conversar a completar a história. Contaram-me que, quando entraram na fila de adoção, os dois fizeram

um curso de bonecas de pano e que, depois de um tempo, a futura filha já possuía centenas de bonecas de pano. Também disseram que ela já tinha muitas *Barbies*. Num determinado momento, Artur até reconheceu que não sabia se a filha gostaria de brincar de bonecas, mas que ela já tinha muitas. André comentou sobre um pai que frequentava o mesmo grupo de pretendentes à adoção e que descrevia a futura filha como uma menina que jogaria futebol e andaria de skate, pois “o homem quer uma menina homossexual pela descrição dele” (sic).

Ambos pareceram à vontade e seguros em relação à futura parentalidade, além de contar com o apoio da família e dos amigos. Em alguns momentos Artur sugeria uma certa desconfiança quanto ao processo de adoção demorar tanto em seu caso, associando com o fato de serem homossexuais. Também levantou a hipótese de que as psicólogas e assistentes sociais estariam à espera de uma menina mais nova, pois uma criança mais velha faria mais perguntas, enquanto uma criança mais nova teria mais tempo para se acostumar com a ideia de ter pais homossexuais. Chegou a pensar que teriam sido passados para trás, em termos de seu lugar na fila de adoção, mas quando questionavam profissionais estes lhes diziam que não era pelo fato de serem homossexuais, mas que dependia do perfil da criança (o perfil de criança escolhido por este casal é uma menina de 0 a cinco anos, sem distinção de etnia/cor, aceitando que ela tenha uma doença desde que esta fosse tratável).

Artur justificou a escolha por uma menina que tivesse uma doença tratável, dizendo que no caso de um filho de sangue que tivesse uma doença ele acharia que Deus o teria mandado assim e que ele teria que passar por isso. Agora, que tinha o privilégio de escolher, queria uma menina que pudesse crescer e ser independente, e não uma que ficasse para sempre numa cama dependendo deles.

Também citou uma situação que lhe pareceu atestar que as pessoas não gostariam que eles fossem pais por serem homossexuais, quando foram conhecer um “lar” (abrigo para crianças) e as psicólogas e assistentes sociais insistiram se não queriam ser uma família acolhedora. Nesse momento do relato de Artur, André argumentou: “mas família acolhedora não pode adotar nunca”. Também contaram que quando foram conhecer uma menina, a

assistente social enfatizou que achava que seria importante para ela ter uma referência feminina, pois ela havia tido problemas com a mãe biológica. Os dois disseram que isso não seria um problema para eles, pois a maioria de seus relacionamentos eram mulheres; além disso, os dois têm irmãos e pretendiam batizar a criança numa igreja católica e, assim, ela teria uma madrinha.

Em determinado momento da conversa, André revelou que eles já haviam visitado alguns “lares” e conhecido diferentes tipos de crianças e que, em um desses lugares, que era uma chácara, as crianças eram muito boazinhas e educadas e muito “carentes de carinho” (sic). Explica que quando se vai visitá-las elas escalam a pessoa como se fosse uma árvore, e repetia, encantado, que nesse lugar específico as crianças eram muito carinhosas e educadas e as mais velhas ajudavam a cuidar das mais novas.

Artur acrescenta que André era mais sonhador enquanto ele é “mais pé no chão”(sic) e que ele já esperava por uma menina “mais pirracinha do que a santinha que não faz nada de errado” (sic), contando sobre o grupo de apoio e os casos que presenciavam lá. André insistiu que existiam crianças que eram muito carinhosas e educadas e Artur argumenta que as crianças sempre ficavam mais encantadas com André do que com ele. André começou a me mostrar fotos dele com filhos de amigas.

Ambos disseram que, em qualquer lugar que iam, as crianças se agarravam a André. Certa vez, foram visitar um “lar” onde as crianças eram mal educadas e, quando Artur foi até a ala dos bebês, uma menina cuspiu no pé dele. Nesse dia, como André tinha ficado com as crianças, antes de ir ver os bebês, explica que as crianças não foram educadas com Artur justamente por ele ter preferido ver os bebês: “Na cabecinha da criança eles sabem que já passou a época deles e que não tem as mesmas chances de serem adotadas”.

Disseram-me que já estavam preparados para transformações em suas vidas. Artur citava casos do grupo e falas das profissionais para explicar que queriam comprar um novo rack para a TV para colocarem os enfeites mais para cima e as crianças não alcançarem. Então iniciaram um debate sobre educação, dizendo que “tudo é educação”, exemplificando com um dos irmãos de André (André tem dez irmãos e Artur apenas uma irmã) que era tão rígido na educação dos filhos que não precisava tirar nada do lugar, pois as crianças não ousavam mexer em nada. Recordaram uma situação em que esses pais

ficaram muito bravos quando a criança derrubou um copo de refrigerante e Artur logo questiona: “o que adianta ficar bravo com isso? O refrigerante vai voltar pra dentro do copo? Já foi, agora só resta limpar. Tem coisas que é preciso ser mais rígido, mas tem coisas que não, porque coitada da criança” e concluiu com a fala de uma das profissionais do grupo que contava sobre seus netinhos bagunçarem toda a casa e pintarem as paredes.

Artur também me contou que durante esses três anos de espera, seu avô, que desejava muito conhecer a futura bisneta, faleceu, lamentando pela longa espera. No entanto, reconhece que conseguiram aproveitar esse tempo para tomar algumas providências que talvez não tivessem feito se a filha já estivesse com eles. Como exemplo, contou que compraram uma chácara e construíram uma casa com piscina, para administrar a ansiedade e esperar pela chegada da filha. Disse que não eram ricos, mas que a menina já tinha muita coisa que eles haviam comprado.

Contaram a história de uma mulher grávida, que conheceram antes de entrar na fila de espera para adoção e que havia prometido lhes entregar o seu bebê, assim que nascesse. Eles haviam comprado tudo para o bebê, mas a mulher desapareceu e eles nunca mais ouviram falar dela. Embora Artur parecesse revoltado com essa situação, André disse que havia sido melhor assim, pois eles teriam registrado a menina como se fosse filha de um deles e que isso era perigoso, com o que Artur concordou.

André conta que eventualmente, no hospital em que trabalha, quando uma mãe manifesta o desejo de deixar a criança, uma outra pessoa entra em contato para comprar a criança. Citou o caso de uma criança vendida por 14 mil reais. Reconhece que devia denunciar, mas tem medo porque não sabe quem são essas pessoas nem o que poderiam fazer com ele. Artur logo entrou no assunto dizendo que ele denunciaria, sem medo algum, pois não era justo esperarem tantos anos na lista de espera enquanto outras pessoas levavam o filho rapidamente e de forma ilegal.

Também revelaram que gostariam de adotar dois irmãos para que a menina não ficasse muito sozinha e contaram a história de uma amiga que não tinha irmãos e tinha apenas uma filha. Quando a mãe dessa mulher faleceu, ela ficou tão mal de não ter com quem compartilhar a dor da perda que resolveu ter mais filhos, para que a filha não precisasse passar por isso. Artur



ainda explicou que, quando se adota uma criança e, posteriormente, a mãe biológica tem outro filho, os pais adotivos da primeira criança têm preferência para ficar com o irmão, mesmo que não estejam na fila para adotar uma segunda criança, pois a prioridade é manter os irmãos juntos. Ele ainda brincou: “Eu sei tudo sobre adoção, o que você me perguntar eu sei te responder”.

Revelaram o sonho de dar o nome de Ana Alice para a futura filha, a menos que ela já tivesse um nome bonito. Artur confessa que se a menina tivesse um nome feio, ele mudaria mesmo que ela já fosse “grandinha” (sic). André retruca dizendo que não adiantaria, pois se já estivesse acostumada com o nome, eles não poderiam mudar. Apesar da opinião de André, Artur insiste: “se for um nome feio eu mudo”.

Ao longo da entrevista, percebi que Artur me perguntava se eu conseguiria escrever algo para a pesquisa, a partir daquela conversa, já que não haviam completado a NI. Respondi que eu escreveria sobre o encontro e André logo se justifica: “pois se fôssemos escrever, imaginaríamos uma criança perfeita”. Artur ainda me perguntou o que seria feito com aquele material, se eu publicaria um artigo e se eles teriam acesso. Eu lhes respondi que a intenção seria publicar um artigo e ajudar o grupo de alguma forma nesse momento de ansiedade que eles vivem durante a espera. Contei sobre um trabalho voluntário ao qual me dediquei anteriormente, em que montava um álbum com crianças de um abrigo e que estava imaginando se o mesmo poderia ser feito com os pais, enquanto esperam pela chegada do filho, para depois unir ambos os álbuns em um álbum de família. Eles adoraram a ideia e André completou: “seria bom registrar esses momentos de espera para lidar com a ansiedade”.

No final, André conta que muitos pais têm medo de que o filho procure seus pais biológicos, mas afirma que esse não era um medo dele, pois a filha saberia que eles não eram seus pais biológicos. Artur completou a fala do companheiro trazendo uma frase de uma das profissionais do grupo: eles precisam amar a mãe biológica da criança, ao invés de julgá-la, pois é graças a ela que eles podem ser pais.

### Casal B: Bruno e Bárbara

<p><b>Bruno:</b> 36 anos, tem o ensino superior completo e trabalha como comerciante.</p>	<p><b>Bárbara:</b> 34 anos, tem o ensino superior completo e trabalha como psicóloga.</p>
<p><b>Estão juntos há três anos e o tempo de espera para adoção é de sete meses.</b> Não têm filhos e não tiveram abortos anteriores. A residência é própria e a renda mensal se situa na faixa de 3 a 6 salários mínimos. O encontro aconteceu na residência do casal.</p>	

#### Narrativa da Pesquisadora

Quando cheguei e apertei a campainha foi Bruno que veio abrir o portão para mim, junto com um de seus três cachorros que não parava de pular e me lambe. Então Bruno se desculpou, explicando que aquele cachorrinho sempre fazia isso com as visitas. Respondi que não havia problema. Ele me convidou para entrar e falar com a Bárbara, sua esposa, que tinha concordado em participar da pesquisa.

Sentamos na cozinha porque, sentados na sala, o cachorrinho não parava de pular em cima de mim. Expliquei para eles o procedimento da NI e li a história para eles. Quando terminei de ler, Bárbara disse, com ar de brincadeira, que queria responder sozinha para ver o que o marido iria dizer. Entretanto Bruno, brincando, mas meio constrangido, disse que queria fazer junto com ela. Ela desafiou o marido: “Mas pode ser separado.” Enquanto ela completava sua NI, ele ficou parado olhando, extremamente constrangido com a situação, sem conseguir escrever nada. Quando ela terminou, olhou para ele e, ainda brincando, disse: “você devia fazer a sua”. Ele respondeu, em tom de brincadeira: “É que eu sei que o que você imagina é exatamente o que eu imagino”. Então ela leu sua história para o marido.

#### Narrativa Interativa de Bárbara

*Daqui 5 anos nós já estaríamos com os filhos, vivendo em outra rotina, tudo mudado! Daqui 10 anos, os filhos estarão na adolescência, novas mudanças, novos desafios... em 20 anos, faculdade, gastos, e nos preparando para eles iniciarem suas vidas independentes.*

Depois de ouvir a história de Bárbara, Bruno emendou: “Tá vendo? É exatamente isso o que eu imagino”. Bárbara virou em minha direção e disse que o que imaginava para cada ano eram coisas diferentes. A história dela me pareceu curta e objetiva, não conseguiu divagar de forma imaginativa, respondendo de forma bem racional e genérica o que esperava para cada idade da criança. Explicou que se eu tivesse feito a entrevista com eles antes teria sido diferente, pois eles tinham descoberto naquela semana que ainda nem estavam na fila de pretendentes à adoção. Descreveu as quatro etapas para se entrar na fila: a primeira mediada por uma assistente social, a segunda com o psicólogo, a terceira com o promotor e a quarta com o juiz. Acrescentou que só passariam para a segunda etapa no ano que vem, pois o fórum de sua cidade estava sem psicólogas. Contou como ficaram surpresos, pois já imaginavam que estavam na lista de espera de pretendentes e que, como haviam colocado um perfil bem amplo de criança (de 2 a 6 anos, sem distinção de etnia, podendo ter alguma deficiência física e irmão) alguns profissionais haviam falado para eles que demoraria apenas seis meses para a criança chegar.

No entanto, agora que descobriram que nem estavam na lista de espera, concluíram que esperariam uns dois anos. Bárbara disse que estava aliviada por ter esse tempo, o que me fez pensar que talvez fosse esse o motivo de ela ter marcado o encontro comigo naquela semana. Explicou que como os profissionais haviam comentado que demoraria uns seis meses, era para a criança estar chegando e, como não chegava, estava ficando aflita; porém, ao descobrir que levaria dois anos, aquietou-se por perceber que a demora era normal. Senti que ela estava aliviada por ter mais tempo para elaborar e preparar a chegada da criança do que os rápidos seis meses, período menor que uma gestação biológica e que poderia configurar uma parentalidade ainda precoce no imaginário do casal.

Durante todo o tempo em que fiquei na casa deles, uma hora e meia, era Bárbara que dialogava comigo, enquanto Bruno mais ouvia fazendo breves comentários, como quando abordaram as características da criança pretendida. Bruno revelou que, na verdade, gostaria de um bebê ou uma criança mais nova, de uns dois anos de idade, pois achava essa fase a mais “engraçadinha” (sic). Contou que brincou muito com seus sobrinhos quando eles tinham essa idade. Como Bárbara queria uma criança mais velha, acabaram por colocar a faixa etária de dois a seis anos, acreditando que viriam crianças mais velhas, já que é o mais provável. Bruno ponderou sobre o desejo de uma criança mais nova, explicando que ele estava bem em receber a criança mais velha, mas pensava nos pais que queriam apenas a criança mais nova e colocavam perfis de crianças mais velhas sem realmente desejar, o que me fez ficar na dúvida se ele realmente pensou nesses pais ou se estava, de alguma forma, falando projetivamente de si.

Bárbara contou vários casos de adoção, afirmando que conhecia todos os lados da história, o dos profissionais e as etapas do processo, o dos pais biológicos, que, muitas vezes, tinham mais de 12 filhos e não tinham condições de cuidar deles, o das crianças que, enquanto aguardavam que alguém da família biológica pudesse ficar com elas, o tempo passava e elas iam crescendo e, agora, conhecia o lado dos pais na fila de espera de adoção. Disse que entendia a demora por trabalhar com isso, mas que imaginava que os outros casais ficavam muito mais angustiados com essa espera. Comentou que já ouvira histórias de pessoas que haviam mudado o perfil da criança desejada para que esta chegasse mais rápido.

Desde o início, planejaram ter um filho biológico e adotar os demais, mas como não conseguiram engravidar no primeiro ano de tentativas, resolveram passar diretamente para a adoção. Bárbara não queria enfrentar anos de tratamentos que a deixariam mais angustiada. Contou que conheciam pessoas no grupo que tentaram 8 ou até 12 anos de tratamento para inseminação artificial. Com o objetivo de evitar isso, resolveram adotar. Perguntei se suas famílias estavam adotando com eles e ambos responderam que sim. Bárbara contou que tinha sobrinhos com idades próximas das crianças que desejava, e que ela, o marido e sua irmã estavam ansiosos para receber as crianças. Disseram que a família do Bruno também estava animada

e que sua mãe vivia perguntando sobre a chegada da criança, interesse que tinha diminuído nos últimos meses, pois estava encantada com o nascimento de um novo bisneto na família.

Bárbara comentou que um de seus tios poderia ter algum preconceito, pois ele se importava muito com família e sobrenome. Revelou que esse tio havia ficado indignado com a irmã de Bárbara por ela não ter dado o sobrenome da família aos filhos. Em seguida, Bárbara completou: “Mas a gente sabe como criança cativa, né? Então, mesmo que ele não goste no começo, depois a criança cativa”. Como disseram que colocariam o sobrenome deles na criança, perguntei se era possível mudar o primeiro nome. Eles disseram que algumas pessoas mudavam, mas que se a criança já fosse maiorzinha não mudariam. Começamos a conversar sobre nomes e eles brincaram que o filho teria que chamar Benjamin “alguma coisa”, pois o pai do Bruno chamava Bernardo Bruno, ele Bruno Benjamin e agora o filho chamaria Benjamin com outro nome. Bárbara disse que achava Benjamin um nome feio e brincamos que, com certeza, viria um menino chamado Benjamin só porque ela pensava isso.

Bárbara explicou que era espírita e, dessa forma, não se importava com a genética dos futuros filhos, pois acreditava que o que unia as pessoas em suas semelhanças era o espírito e não os genes. Em determinado momento, quando pareciam não saber mais o que dizer, Bárbara me perguntou se eu queria fazer alguma pergunta. Quando eu lhes respondi que não queria perguntar nada, reforçando a ideia de que a pesquisa se baseava mais no lúdico e imaginativo, aproveitei para lhes contar sobre um trabalho voluntário que eu havia desenvolvido com as crianças de um abrigo durante a minha graduação, quando ficou nítido como elas idealizavam e imaginavam os futuros pais. Dessa forma, despertou o meu interesse em saber como era o outro lado, os pais imaginando a vida com a criança. Depois que compartilhei minha experiência no abrigo, Bárbara pareceu mais solta para falar imaginativamente, e muito mais empolgada com a pesquisa. Perguntou, com vívido interesse, se as crianças imaginavam muito. Respondi que sim, que eles sonhavam muito com o dia em que seriam adotados. Então ela partilhou de uma experiência de trabalho em um abrigo da cidade, onde havia crianças maiores de 12 anos, que já não esperavam mais ser adotadas. Completou seu relato dizendo que eles

não imaginavam a carinha da criança, mas que ela achava que seria negra, pois a maioria das crianças à espera de adoção eram negras.

Finalmente ela revelou que tinha um certo receio das crianças ficarem muito chocadas com o fato dela e o marido serem deficientes físicos. Justifica sua preocupação dizendo que as crianças imaginavam os futuros pais como “normais”, referindo-se à deficiência física. Declarou que preferia que as crianças fossem avisadas antes que os pais eram deficientes e que ela pediria para falarem com as crianças “olha você vai ser adotado mas seu papai e mamãe são deficientes, tudo bem?” Diante da ansiedade que só agora se expressava, não tendo sido mencionada por nenhum dos dois, disse-lhes que quando fossem conhecer as crianças, antes destas saberem que eles poderiam ser seus futuros pais, já os veriam e iriam se acostumando.

Passaram a falar sobre o que enfrentavam com a curiosidade das crianças que, muitas vezes, tinham medo e saíam correndo, cujos pais também não sabiam como lidar com a situação. Bárbara disse que já havia percebido pais chamando a atenção dos filhos quando estes comentavam algo sobre a sua deficiência. Bruno notou que, de uns tempos para cá, as crianças demonstravam mais curiosidade do que medo, mas que antigamente percebia que elas tinham medo. Bárbara contou que quando foi fazer um trabalho no abrigo da cidade quase não conseguiu, por ter chamado muito a atenção das crianças. Então ela completou: “Não que eu não queira falar sobre isto, porque não me importo, mas no caso ia desviar do que eu fui fazer lá”.

Após uma hora e meia, Bruno pareceu ficar entediado, levantou para beber água e depois ficou de pé na porta da sala, brincando com o cachorrinho que pulava. Bárbara me contou que havia entrado no mestrado e conversamos um pouco sobre as disciplinas. Por fim, na hora de ir embora, eles contaram a história da adoção dos três cachorros, sendo um deles deficiente. Despedi-me dos dois e fui embora.

Agora percebo que em minha narrativa também deixei para contar sobre a deficiência do casal somente no final, reproduzindo de uma certa forma o percurso do casal na entrevista. Não me senti autorizada a tocar no assunto antes que eles mesmos o fizessem. Em uma mistura de respeito e preocupação me vi presa numa espécie de tabu...

### Casal C: Carlos e Carolina

<p><b>Carlos:</b> 30 anos, tem o ensino superior completo e trabalha como engenheiro civil.</p>	<p><b>Carolina:</b> 41 anos, tem o ensino superior completo e trabalha como engenheira civil.</p>
<p><b>Estão juntos há sete anos e o tempo de espera para adoção é de um ano.</b></p> <p>Não têm filhos e não responderam se tiveram abortos anteriores. A residência é própria e a renda mensal está na faixa de 12 a 15 salários mínimos. O encontro aconteceu na residência do casal.</p>	

### Narrativa da Pesquisadora

Cheguei no apartamento do casal com 25 minutos de atraso, pois não conseguia estacionar o carro. Pedi desculpas e expliquei o motivo. Quando entrei, ambos me cumprimentaram e perguntaram se eu gostaria de ficar no sofá ou na mesa da sala de jantar. Respondi que achava que seria mais confortável para eles na mesa, para poderem escrever melhor. Expliquei o procedimento da NI e li a história com eles. Quando terminei, eles se entreolharam um pouco constrangidos e começaram a conversar para decidir se fariam juntos ou separadamente. Resolveram fazer juntos e Carlos começou a reler o final da história para completarem. Perguntou se poderiam conversar antes e escrever depois. Respondi que não teria problema, poderiam fazer como desejassem. Carlos era mais carismático e falante enquanto Carolina era mais séria e introspectiva, embora ambos parecessem um pouco constrangidos.

Enquanto dialogavam sobre o que escrever, Carlos disse que o que imaginava para os filhos dali cinco, dez ou vinte anos era que, acima de tudo, eles fossem felizes. Completou essa ideia dizendo que percebia que as crianças não eram felizes nos abrigos, que poderiam brincar e dividir a vida

com outras crianças, mas sentia que faltava algo para elas. Repetiu muitas vezes que o que mais desejava era que os filhos fossem pessoas felizes, boas e honestas. Quando terminou de falar, olhou para Carolina e, sorrindo, perguntou: “E você? O que imagina?” Carolina disse que imaginava “ter uma vida familiar normal, brincar, passear, ir no shopping, ajudar a fazer o dever de casa, e brigar também”, explicando que, como pais, também teriam que brigar com as crianças para educá-las, quando fosse necessário.

Após conversarem sobre como imaginavam a criança, dispuseram-se a escrever a história juntos. Carlos brincou que a letra de Carolina era mais bonita e que ela deveria escrever. Estavam com alguma dificuldade para começar, apesar de já terem falado sobre o que imaginavam. Como Carolina tinha se referido ao dever de casa da criança, brinquei que eles estavam treinando para ajudá-la com a tarefa de redação. Eles entraram na brincadeira dizendo que eram péssimos de redação, pois os dois eram engenheiros e há anos não precisavam escrever uma redação. Por fim, eles resolveram escrever primeiro o que Carolina havia falado e completar com o que Carlos falou.

### **Narrativa Interativa (1ª parte)**

*Que nossa família possa fazer as atividades juntos como: fazer tarefas de escola, viajar, passear no shopping, ir na igreja.*

*Que se tornem pessoas felizes e realizadas, que sejam pessoas boas.*

Carlos voltou a ler a história e disse que ainda precisavam escrever sobre os medos. Quando Carolina terminou de escrever sobre o que imaginavam, o marido falou: “Olha, o meu maior medo é pensar em como estar com a criança 24 horas. Temos muito contato com crianças, sobrinhos e crianças de abrigo, mas sabemos que filho é diferente, porque vai estar com você 24 horas na casa. Então eu me preocupo com isso e, também, em como passar para essa criança que eu a amo incondicionalmente, independente da história dela.” Carolina afirmou que se preocupava com a educação que dariam à criança, pois sabia que teriam que dar limites. Como tios, não podiam fazer coisas que cabiam aos pais, o que seria diferente quando fossem pais, pois caberia a eles.



Já Carlos disse não se preocupar com isso, pois sentia que conseguiriam educar bem as crianças, uma vez que os dois haviam tido uma boa educação. Comentou que entendia que existem coisas na vida que as pessoas precisam experimentar para saber se são boas ou não. Acreditava que algumas situações não têm por que experimentar, como drogas e roubo, mas, em outras situações, desejava que os filhos soubessem que eles os estariam apoiando mesmo quando não fizessem o melhor ou o ideal, pois precisavam ter suas próprias experiências. Em seguida, revelou que tinha medo dos filhos desejarem conhecer os pais biológicos, no futuro, e quisessem ficar com eles. Explicou que seu medo não era que os filhos preferissem os pais biológicos, mas que estes não estivessem preparados para reencontrar o filho e o fizessem sofrer novamente, aumentando suas dores. Então se voltaram para a história, a fim de completá-la com seus medos.

### **Narrativa Interativa (2ª parte)**

*Quanto aos medos que ainda tenho, receio de contar para nossos filhos, sempre respeitando a família biológica, e falar sempre a verdade, qual será comportamento de nossos filhos.*

*Receio de que nossos filhos queiram ir atrás de suas origens e sofram novamente magoas do passado.*

Carolina revelou que também tinha medo de pensar em como contaria para a criança, já que esconder a adoção não era uma possibilidade para eles. Carlos disse que se fossem negros ficaria mais fácil, pois já saberiam, assim como as pessoas perceberiam com maior clareza, poupando-os de ficar dando muitas explicações para os outros. Naquele momento me veio à mente uma lembrança de minha infância: eu tive uma amiga negra adotada que nunca desconfiou da adoção, mesmo os pais sendo brancos.

Quando perguntei sobre a idade que haviam escolhido para o filho, Carlos me respondeu: “Você acredita que eu nem lembro direito? Ficou um bloqueio na minha cabeça porque foi um momento horrível”. Perguntei se tinha sido ruim e Carolina enfatizou: “É horrível, parece que você está

escolhendo um objeto.” Depois disse que a criança pretendida teria de 1 a 4 anos, sem distinção de etnia ou sexo.

Quanto ao processo de adoção achavam-no algo estranho, pois não sabiam quanto tempo iria demorar e pensavam que o seu filho poderia estar nascendo agora, mas que, ao invés de estar indo viver com eles, teria que ficar um tempo com a família biológica, ser maltratado, retirado de lá, para só depois de passar por tudo isso poder encontrá-los. Carlos revelou o quanto este pensamento lhe soava estranho, pois parecia que o desejo de adotar uma criança implicava o desejo de que o filho passasse por tudo isso para poder estar com eles, o que, evidentemente, não desejavam.

Perguntei se suas famílias estavam apoiando aquela adoção e ambos confirmaram. Depois de ficar uma hora e meia com eles, me despedi e fui embora.

### Casal D: Daniel e Douglas

<p><b>Daniel:</b> 33 anos, tem ensino superior completo e trabalha como balconista em uma farmácia.</p>	<p><b>Douglas:</b> 30 anos, tem ensino superior completo e trabalha como assistente administrativo.</p>
<p><b>Estão juntos há quatro anos e o tempo de espera para adoção é de 8 meses.</b> Não têm filhos. A residência é própria e a renda mensal fica entre 3 e 6 salários mínimos. O encontro aconteceu na residência do casal.</p>	

### Narrativa da Pesquisadora

Quando cheguei Daniel veio abrir o portão para mim. Depois de cumprimentá-lo e a seu marido, percebi que tinham arrumado a mesa para tomarmos o café da manhã. Enquanto tomávamos café, conversamos sobre o meu mestrado e o seu processo de adoção. Contaram que frequentavam um grupo de apoio que era muito bom, porque conseguiam ver diferentes pessoas que passavam pelos processos de adoção, compartilhando suas histórias. Disseram que, apesar de demorar muito, achavam que essa espera era necessária, pois quando alguém decidia adotar não estava realmente pronto.

Quando perguntei se contavam com o suporte de suas famílias, eles disseram que a família de Daniel “mais ou menos” enquanto a família de Douglas nem sabia que eles estavam tentando adotar. Daniel contou que não falava com seu pai há muito tempo, pois na época em que moravam juntos e contou-lhe sobre a homossexualidade, o pai não aceitou e o provocava com indiretas maldosas. Desde que saiu de casa perdeu o contato com o pai. Como sua mãe morava em outra cidade, não participaria muito do dia a dia de seu neto adotivo, enquanto sua irmã, que mora algumas ruas abaixo da sua, iria participar. Entretanto, ela apoiava a adoção de maneira ambivalente, pois

chegou a influenciar a mãe para que esta tentasse convencê-lo a desistir da adoção.

Daniel contou que havia um menino para ser adotado na escola em que sua irmã trabalhava (uma escola particular) e que ela usara esse privilégio do menino estudar em uma escola particular como argumento para convencer Daniel e sua mãe que a adoção não seria a melhor solução, dizendo que, se ele adotasse, tiraria a criança de uma escola particular para colocar em uma pública. Daniel respondeu para a mãe que ele havia estudado a vida inteira em escolas públicas e não morreria por isso. Também lhe disse que não precisava mais pedir permissão para ela para resolver coisas de sua vida, como ter um filho, pois a decisão era dele e do marido. Falou para a mãe “se eu estivesse com uma moça tentando engravidá-la eu não pediria permissão para você, não é? Avisaria quando ela estivesse grávida. Aqui é a mesma coisa, eu preciso do seu apoio, não da sua permissão”, depois de ele ter dito isso, a mãe deixou de interferir.

Já a família de Douglas sequer sabia que eles pretendiam adotar uma criança. Contou que seus pais e irmãos definitivamente não aceitavam sua homossexualidade. Como aceitavam fora da família, mas dentro da família não, ele ainda não havia lhes contado sobre a adoção, pois eles não apoiariam. Daniel e Douglas concordam que isso poderia prejudicar o processo de adoção, pois as psicólogas perguntavam muito sobre a rede de apoio do casal adotante e preocupavam-se em retirar a criança de uma família desestruturada para colocá-la em outra.

Quando foram completar a NI decidiram escrevê-la juntos, mas foi Daniel quem escreveu. Douglas ajudou o companheiro no primeiro parágrafo e depois começou a refletir sobre como se sentia diferente de sua família, pois ele era o único que havia feito faculdade e estudado, enquanto todos os outros irmãos (ele tem cinco irmãos, sendo dois homens e três mulheres) tinham começado a trabalhar e casaram cedo. Associando com a história da criança adotiva, argumentou que sentir-se em família não era uma questão de biologia. Enquanto ele dizia essas coisas, Daniel pensava e escrevia a história e, quando terminou, Douglas leu e concordou com o que estava escrito.

## Narrativa Interativa

*5 anos, ela terá 12 anos, já tenha nos reconhecido como pais que os medos iniciais tenham sido abrandados ou até desaparecido. E que nós tenhamos aprendido a lidar com ele como pais. Com 17 anos, que tenha aspirações para o futuro e os valores essenciais para o convívio em sociedade estejam bem introjetados, que estes valores tenham sido passados. Que suas escolhas na vida já tenham sido desenhadas, que nós como pais possamos apoiá-lo e possamos ajudá-lo no processo como um todo.*

*Com 27 anos, que esteja com objetivos de formar sua família, que possamos ser uma referência de valores familiares, se o amor seja passado através dos anos de convivência.*

*Que suas escolhas na vida possamos apoiá-lo em todas as esferas.*

*Porém as expectativas não correspondem à realidade, mas acreditamos que possamos passar a importância de uma família, seja esta idealizada ou não.*

Disseram-me que que daqui cinco, dez ou vinte anos imaginavam que a criança pudesse ter adquirido alguns de seus valores. Perguntei-lhes se amigos não poderiam ser vistos como rede de apoio e eles me responderam que sim. Daniel ponderou: “Aí é que está o problema, nós não temos muitos amigos.” Explica que, desde que começaram a namorar haviam se afastado de conhecidos, pois “no mundo gay, as pessoas não respeitavam nem entendiam um casal como duas pessoas que assumiram um compromisso uma com a outra” (sic) e muitos ainda flertavam com eles, mesmo estando casados. Também contaram que para evitar encontrar com ex-namorados, optavam por programas caseiros, o que diminuía ainda mais a sua rede de amigos.

Em seguida, referiram o processo de adoção e o fato da psicóloga ficar questionando todas as escolhas que haviam feito. Daniel e Douglas colocaram no perfil da criança desejada um menino de sete a treze anos. Quando a psicóloga lhes perguntou sobre o porquê dessa escolha, eles lhe responderam que haviam pensado nessa idade pela baixa taxa de adoção tardia e por acharem que essas seriam idades em que eles dariam conta de cuidar. Disseram que um bebê, totalmente dependente, demandaria muita atenção e

eles precisariam abdicar de um dos trabalhos para poder cuidar dele, enquanto que uma criança um pouco mais independente facilitaria a dinâmica de conciliar o horário de ficar com o filho com o horário do trabalho dos dois. Daniel poderia ficar com ele de manhã (entra no trabalho as 13:30 e sai as 21:00) e Douglas poderia ficar com a criança à noite, quando voltasse do trabalho.

Quando a psicóloga lhes questionou sobre a escolha do sexo, responderam-lhe que optaram por um menino por pensarem que saberiam como lidar melhor com alguém do mesmo sexo que eles, principalmente quando entrasse na adolescência. Daniel brincou “não posso ficar ligando para a minha irmã toda hora, para perguntar como se coloca um sutiã, ou algo sobre menstruação, ela estará lá para dar apoio, mas quem está adotando sou eu, não ela”.

Reconhecem que a criança teria que aprender a lidar com três tipos de preconceitos: o de ser adotado, o de ser negra (ambos estão cientes de que a maioria das crianças que estão aptas para a adoção são negras) e o de ter dois pais. Daniel disse que percebia que muitas pessoas hoje em dia não sofriam mais por conta da etnia, mas que, para sempre (sic), a criança teria que lidar com o fato de ter dois pais e ser adotada. Acreditava que a forma como o filho lidaria com isso dependia de como eles passariam isso para ele. Contou-me de um programa na TV em que o apresentador perguntou para um menino quando ele descobrira que tinha dois pais e a criança respondeu: “Eu nunca descobri, sempre tive. E você, quando descobriu que tinha um pai e uma mãe?”. Estava ciente de que poderiam passar por alguns momentos difíceis, por exemplo, se o menino fosse heterossexual e trouxesse a namorada para a casa deles ou levasse os dois pais num jantar da família dela, o que poderia causar alguma estranheza em algumas pessoas, mas que todos poderiam aprender a lidar com isso.

Apesar de não terem sido educados da mesma forma, ambos concordam que têm uma essência em comum a qual gostariam de passar para o filho. Daniel trouxe um exemplo, contando-me que conheciam um menino de oito anos que ia dormir na hora que lhe aprovesse, o que desaprovavam. No entanto, durante sua infância e adolescência, seu pai sempre fora muito rigoroso desligando a televisão às 22 horas e mandando todos dormir, sem

perguntar ou se importar se os filhos desejavam assistir mais alguma coisa. Concluiu que nem queria dar a educação rígida de seu pai, nem poderia deixar o filho solto e à deriva em sua educação. Daniel acrescentou que tudo era uma questão de negociar e conversar, explicando para a criança por que determinada regra existia.

Contaram que ainda enfrentariam muitos desafios com a adoção, pois eram católicos e gostariam de batizar o filho na Igreja Católica, o que provavelmente geraria polêmica. Explicaram que embora não se deva negar o batismo a uma criança, ainda existe muito preconceito a respeito de um casal homossexual. Aos olhos de alguns fiéis, a homoparentalidade já marcaria a criança com um pecado. Por essa razão, só frequentam as igrejas em que se sentem bem, onde não são olhados de forma esquisita.

Quando perguntei para eles o que haviam achado da história, Douglas disse que se eu tivesse feito a pesquisa com eles antes de fazerem parte do grupo, teriam imaginado uma criança totalmente idealizada, mas que agora já não se permitiam mais idealizá-la, pois sabiam que seria muito diferente.

Por fim, me levaram para a sala e perguntaram se eu estava com tempo, pois queriam me mostrar um programa que passa na GNT chamado “Histórias de Adoção”. Aceitei o convite e assistimos um episódio em que uma menina transgênero era adotada por uma família composta por um homem, uma mulher transgênero e um outro menino, também adotado. Em seguida assistimos um episódio de um programa sobre liberdade sexual, que contava a história da psicóloga do centro de referência LGBT de Campinas e seu marido transgênero. Quando os programas terminaram, Daniel revelou que gostava muito de assisti-los, pois eles lhe davam força para continuar, para entender que outras pessoas também sofriam, mas continuavam e venciam.

Eu me despedi dos dois e fui embora, depois de ter ficado duas horas e meia na casa deles.

### Casal E: Eduardo e Érica

<p><b>Eduardo:</b> 38 anos, tem pós-graduação e trabalha como biomédico.</p>	<p><b>Érica:</b> 43 anos, tem nível técnico e trabalha como técnica de enfermagem.</p>
<p><b>Estão juntos há oito anos e o tempo de espera para adoção é de 4 meses.</b> Érica tem dois filhos biológicos e Eduardo não tem filhos, mas considera os filhos da esposa como seus filhos adotivos. Tiveram um aborto anterior. A residência é própria e a renda mensal é superior a 15 salários mínimos. O encontro aconteceu na residência do casal.</p>	

### Narrativa da Pesquisadora

Eduardo abriu o portão de sua casa, convidando-me a entrar e sentar no sofá enquanto chamava sua esposa Érica. Nesse meio tempo, apareceu uma adolescente que me cumprimentou. Quando Érica chegou, nos cumprimentamos e todos sentamos nos sofás na sala. Érica e Eduardo dividiram um sofá e eu e a adolescente, Elisa, sentamos em outro.

Enquanto eu explicava minha pesquisa de mestrado, Eduardo me contou que para que pudessem entrar na fila de adoção precisavam preencher um calhamaço de papéis, respondendo perguntas que criavam “pegadinhas” (sic) nos pretendentes. Eles haviam, inclusive, tentado tirar dúvidas com os profissionais, mas estes não os ajudaram muito e, dias depois, ligaram para o casal dizendo que haviam contradições em suas respostas. Frustrado, Eduardo lhes respondeu: “Mas nós não pedimos para vocês ajudarem?” Explicou que a sensação era a de estarem realizando uma prova na qual haviam perguntas muito semelhantes com alguma leve diferença para deixar as pessoas confusas.

Eduardo comentou que desejava fazer parte do voluntariado do grupo de apoio à adoção, mas que teria que se adaptar às opções dadas pelos profissionais. Eduardo gostaria de dar aulas de inglês para as crianças e



adolescentes do abrigo, ou apresentar-lhes carreiras profissionais, pois achava que o que faltava às crianças no abrigo era educação, no sentido de perceberem as diversas oportunidades da vida.

Em seguida entreguei a NI, explicando-lhes que poderiam escolher se fariam juntos ou separadamente. Érica respondeu que tudo o que se referia à adoção gostavam de fazer juntos. Quando terminei de ler a narrativa com o casal, Eduardo preferiu que cada um fizesse a sua e, em seguida, comentassem suas impressões. Perguntei se Elisa, a filha que acompanhou todo o procedimento, também gostaria de fazer uma, mas ela disse que não. Antes de começarem, Eduardo elogiou meu trabalho dizendo que era um trabalho importante por mostrar como as pessoas se sentiam nessa situação de espera da adoção. Comentou que, para ele, podia se imaginar sendo pai adotivo com facilidade, pois, na verdade, já o era dos filhos do primeiro casamento de Erica, Elisa de 17 anos e Emanuel de 24. Dessa forma, Eduardo já era pai adotivo dos dois, principalmente de Elisa, a qual tinha 8 anos de idade quando ele e Érica se casaram.

Eduardo falava de Elisa como um pai orgulhoso, elogiando-a e assegurando-se de que a educação e amor que ofertou a ela haviam contribuído para formá-la como pessoa. Eduardo logo começou a escrever a sua história, mas Érica ficou pensativa por um tempo.

### **Narrativa Interativa de Eduardo**

*Nossa caminhada da paternidade será um tanto desafiadora. Às vezes me preocupo em como conseguir transmitir os valores familiares, pessoais, profissionais e principalmente, como trabalhar nosso filho nestas questões. Às vezes fico tentando imaginar como será o primeiro dia de aula. Como será tirar o primeiro dentinho, como será a saúde dele (a). Como será nosso entendimento, será nossa amizade. Nossos netos serão lindos. Muitas conversas difíceis acontecerão. Mas muitos momentos de alegria, felicidade. E o que eu não tiver como fazer tudo isso, Deus fará.*

O casal se alternava em uma mesma dinâmica: Eduardo interrompia sua história para comentar algo que havia pensado, depois Erica fazia o mesmo.

Interpretei esse movimento como a esquivas de um silêncio que poderia ser constrangedor se ambos ficassem quietos ao mesmo tempo escrevendo enquanto eu esperava. Porém, também poderia indicar como a conduta de um complementa a do outro, resultando em uma parceria.

### **Narrativa Interativa de Erica**

*Clara: me preocupo se vamos conseguir juntos tornar essa criança em um adulto, responsável, de carácter, princípios, de bom coração, uma pessoa que respeita a todos, distinguindo raça, cor, posição financeira. Colocar para essa criança sempre a verdade, para crescer uma pessoa de pé no chão, que tenha maturidade.*

*Felipe: minhas preocupações são as mesmas, mas nós dois sabemos que vamos conseguir, vamos fazer dessa criança uma pessoa apaixonada por nós e nós por ela. E quando forem chegando os problemas, dúvidas, perguntas, deus vai nos capacitar e dar-nos forças para vencer, vamos caminhar todos juntos.*

*Vai dar certo!!!*

Eduardo comentou, enquanto escrevia a sua história, que seu maior medo era a responsabilidade de estar presente com aquela criança. Acredita que os relacionamentos na vida são construídos numa base de trocas, na medida em que você ganha, mas também perde. Estar lá pelo outro que estará lá por você. No entanto, no relacionamento com uma criança, você precisa ser a parte madura e responsável, sem esperar que ela faça por você o que você está fazendo por ela. Contou-me o quanto sentia que os relacionamentos estavam frágeis nos dias atuais, em que uma parte dava o seu melhor e a outra dava o que lhe sobrava. Percebia que cada pessoa olhava apenas para si, encaixando os outros em suas vidas quando lhes convinha ou sobrava tempo. Revelou que ele não era uma pessoa assim, entregava-se para seus relacionamentos, valores estes que seus pais haviam lhe passado. Contou que muitas vezes trabalhava até mais tarde ou acordava mais cedo do que poderia, para poder estar com aqueles que amava. Entretanto, conclui que isso lhe traz mais ganhos que perdas. Referiu sua netinha, filha de Emanuel, a qual já

demonstrava preferi-lo em relação aos outros avós. A outra avó da menina, inclusive, já estava brincando que ele era o avô preferido da pequena.

Quando ele voltou a escrever sua narrativa, Érica começou a contar que, no ano anterior, haviam tentado a inseminação artificial, pois Eduardo queria um filho biológico. Relatou o quanto esse processo foi penoso, acrescentando que “o problema era dele” (apontando para Eduardo). Nesse processo, o marido havia feito uma cirurgia, enquanto ela tinha tomado várias injeções de hormônio, extremamente dolorosas, na barriga. Ficou inchada e gastaram muito dinheiro para, no final, nenhum dos três embriões vingar. Confessou sua frustração, além do investimento financeiro, dos efeitos colaterais dos remédios e das inúmeras viagens a São Paulo, onde ficava a clínica de reprodução assistida. Decidiram adotar, pois conheceram pessoas que repetiam o procedimento sem ter sucesso.

A princípio, Eduardo havia ficado mais resistente do que ela à ideia da adoção, pois ele havia convivido de perto, durante sua infância, com muitas crianças de abrigo, já que seu pai foi diretor de um abrigo de crianças. Eduardo entrou na conversa explicando que conseguira mudar o que pensava sobre adoção, pois começou a refletir sobre as famílias que conhecia, adotivas ou biológicas, e percebia que cada uma tinha seus problemas e suas qualidades. Concluiu que não eram os genes que falavam mais alto na construção de uma família, mas o respeito construído com aquela criança.

Eduardo disse que conhecia muitos casais pretendentes que tinham medo de dar tudo aos filhos e serem abandonados ou maltratados, mas interpreta de modo diverso: “na verdade o maior medo das pessoas não é dar isso ou aquilo e não ser retribuído, o maior medo das pessoas é não ser amado.” E completa: “Mas isso pode acontecer em qualquer família, já ouvi filhos biológicos falarem cada coisa para os pais, que até ouvir um ‘você não é meu pai’ parece melhor do que outras coisas que já presenciei em famílias biológicas”. Nesse momento, Érica interrompe a conversa e diz: “Eu já não gostaria de ouvir isso”, referindo-se à ideia de um filho adotivo lhe dizer que ela não é sua mãe.

Eduardo passou a refletir sobre seu sentimento de que os valores familiares estavam fragilizados em nosso mundo. Conhecia famílias biológicas totalmente “destruídas e deploráveis” que acreditam que “a vida é assim

mesmo” (sic) e lidam com a situação como se estivesse tudo certo. Para Eduardo, uma vida familiar na qual não existe respeito e compreensão não é normal, pois os relacionamentos existem para as pessoas poderem contar umas com as outras. Voltava-se frequentemente para Elisa, sempre cheio de orgulho. Confessou que ficara muito nervoso quando ela foi para a faculdade no primeiro dia, mas tentara guardar isso para si, para que ela não percebesse.

Érica comentou que Eduardo tinha uma relação mais intensa com Elisa do que com Emanuel, pois Emanuel não se abrira para essa relação da mesma forma que Elisa. Eduardo pareceu ir em defesa do jovem, dizendo que cada filho era de um jeito e que não adiantava tentar prender nenhum em casa: “Moleque você vai prender em casa? Tem que ir para o mundo mesmo!” (sic). Acrescentou que, em sua relação com Emanuel, tentava lhe passar a ideia de que ele seria o responsável por mostrar o caminho para sua filha, mas que o caminho era dela e só ela poderia traçá-lo. Contou que havia falado para o enteado que, quando sua filha crescesse e alguém perguntasse para ela quem era seu herói, a menina deveria pensar em Emanuel, como Eduardo pensava instantaneamente em seu pai.

Érica passou a participar da conversa que Eduardo iniciara sobre os valores familiares, citando Elisa como exemplo de alguém que tinha fortes princípios por ter uma família estruturada. Revelou que ela e Eduardo já haviam recebido algumas críticas de colegas, os quais lhes diziam que prendiam muito a menina. Entretanto, Érica acredita que eles nunca a prenderam e que a filha consegue escolher seus próprios caminhos com sabedoria, “porque sabe o que é bom pra ela”. Para ilustrar essa ideia, comentou que as amigas de Elisa viviam em *raves* e que sua filha sequer havia lhes pedido permissão para ir a uma *rave*. Eduardo confessou que não sabia se o neto que viria do futuro filho adotivo seria bonito e brincou dizendo que os filhos de Elisa seriam lindos, pois ela era linda, a não ser que se casasse com um ogro (sic).

Érica se referiu a um dos quartos que estava há tempos desocupado, pois não sabiam o que fazer com ele. Quando Emanuel saiu de casa, pensaram em fazer um escritório para Eduardo no quarto, mas quando decidiram ter um filho, deixaram o quarto reservado para a criança.

Pretendiam adotar uma criança de 0 a 5 anos, mas Eduardo disse que, como estava mudando muito sua concepção sobre a adoção, hoje se consideraria preparado para adotar até um adolescente. Eduardo volta a afirmar que as relações, antes de tudo, deveriam se basear em respeito. Segundo ele, as pessoas procuram muito amor e carinho, mas que, se procurassem respeito, mesmo que não houvesse intenso amor, viria a gratidão, o que ele não percebia em muitas famílias biológicas, pois pais e filhos se destrataavam por estarem seguros que não perderiam aquela relação, pois “o sangue fala mais alto” (ele disse usando aspas com as mãos).

Érica comentou que muitos conhecidos aconselharam que deixassem a fila de espera da adoção e fossem para a Bahia com dois ou três mil reais, pois assim poderiam escolher a criança que quisessem. Entretanto, ela comentou que não fariam isso de jeito algum. Eduardo disse que até certo ponto entendia toda a burocracia e espera para adotar uma criança, pois existiam muitas pessoas que faziam coisas erradas, então “os bons pagam pelos ruins” (sic).

Por fim, o casal conclui que o que não estivesse ao seu alcance na educação do filho, Deus os ajudaria, mostrando-lhes o melhor caminho. Érica completou essa ideia apaziguadora dizendo que, independente de tudo, deveriam sempre esperar o melhor de todas as situações, pois não esperar pelo melhor era o motivo de algumas pessoas devolverem as crianças.

Entreguei o TCLE e o questionário sociodemográfico, explicando-lhes o que era e Eduardo assinou dizendo que nem precisava ler, pois achou o meu trabalho muito bonito por voltar-se para as pessoas. Disse: “Hoje em dia fazemos trabalhos para empresas e instituições, não mais para as pessoas, seu trabalho é para as pessoas e para tentar reconstruir a maior instituição de todas, que está se perdendo – a família”. Brincou que se ele estivesse assinando algo que passasse todos os bens dele para mim, eu herdaria muitas dívidas.

#### 4. O MOMENTO DE AGUARDAR: A GESTAÇÃO ETERNA

*“És um senhor tão bonito  
Quanto a cara do meu filho  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Vou te fazer um pedido  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Entro num acordo contigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo...”*

Oração ao Tempo- Caetano Veloso

A espera pelo filho adotivo, referida na literatura como gestação simbólica, é marcada pela longa preparação e elaboração da futura parentalidade, desde o momento em que decidem adotar até o encontro com a criança. Durante esse tempo, em que os pais concebem e estruturam a ideia da adoção, carregam, dentro de si, o embrião simbólico de um filho que chegará. No entanto, esta gestação simbólica não transformará o corpo da mulher, marcando-a de forma visível para si e para os outros. Além disso, os pais nunca terão certeza quanto ao tempo que ela irá durar, diferente da gestação biológica, marcada pelos nove meses de espera (Huber & Siqueira, 2010).

Douglas e Daniel acreditam que, apesar de a espera pela criança demorar muito, ela é necessária, pois “quando alguém decide adotar não está realmente pronto e durante este tempo de espera vai se preparando” (sic). O tempo em que esperam pelo filho é aproveitado pelos futuros pais para se aproximarem da concepção da adoção e de diversas questões que estão envolvidas neste novo plano familiar, elaborando sentimentos e temores que emergem frente ao desconhecido (Levy, Diuana & Pinho, 2009).

Levy, Diuana e Pinho (2009) explicam que

É um tempo no qual o filho imaginário que os futuros pais adotivos alimentaram durante anos deverá transformar-se para se aproximar gradativamente da

criança real que os espera. Tempo que necessita ser respeitado para que a elaboração psíquica possa ser feita. Tempo para falar de suas inquietudes diante do desconhecido e das incertezas quanto a estarem preparados para acolher a criança. (p.41)

Diante do sofrimento dos outros casais participantes, fiquei surpresa com a tranquilidade de Bárbara ao agendar sua entrevista para a semana em que descobriu que ainda não estava na lista de espera da adoção. Os profissionais lhe disseram que em torno de seis meses ela e Bruno estariam com as crianças, por terem cadastrado um amplo perfil, aceitando crianças mais velhas e com alguma deficiência física. No entanto, seis meses pareceram-lhe um período curto demais para elaborar sua gestação simbólica.

Bárbara parecia realmente aliviada com a possibilidade de um tempo de espera, tanto que decidiu compartilhar comigo sua experiência. Em um polo oposto ao dos casais que aguardam um longo tempo na fila de espera, Bárbara sinaliza, talvez, que exista um tempo ótimo de espera. Um tempo mais curto a deixaria vulnerável, ameaçada pelo súbito encontro, talvez nem desejasse compartilhar esse momento delicado comigo, ao passo que ao sentir-se segura pelo *holding* do tempo de espera, pôde convidar-me para presenciar sua experiência, com a segurança de que esta seria elaborada (Medeiros & Aiello-Vaisberg, 2014).

O tempo de espera para elaborar a gestação adotiva torna-se, portanto, o próprio ambiente de *holding* para alguns casais, podendo acolhê-los e segurá-los sem que sejam lançados em uma experiência em que não se sintam realmente preparados para concebê-la e que os faria vivenciar intensas angústias. Assim, o tempo como *holding*, como ambiente suficientemente bom que dá suporte para o significar de uma experiência, pode integrar os medos e angústias à parentalidade desses casais, possibilitando que vivenciem essa experiência de maneira verdadeira, espontânea e criativa (Winnicott, 1954/1988c).

No entanto, se o reconhecimento e a avaliação do tempo e do espaço são vividos como propriedades da realidade, sendo a base para o sentimento de realização das pessoas, bem como fatores essenciais ao desenvolvimento humano (Winnicott, 1945/2000a), quando o tempo, que deveria sustentar as

experiências, lança o indivíduo no abismo de angústias impensáveis pela sua completa falta de previsibilidade, interrompendo a continuidade de ser, o indivíduo passa a reagir a essa experiência, que assim se torna uma experiência traumática. Essa reação pode adoecer mesmo o adulto, levando-o de volta ao estado de dependência ou ao desenvolvimento de um falso *self* (Winnicott, 1960/1983b).

O casal A está esperando sua filha há três anos. Disseram que já se sentem preparados para as transformações que ocorrerão em suas vidas. Como exemplo, trazem a ideia de comprar um novo *rack* para a televisão, para colocar as coisas a uma altura em que a menina não consiga alcançar para que não precisem chamar sua atenção a todo o momento. Embora reconheçam que estão aproveitando esse tempo de espera para tomar algumas providências, como o fato de terem comprado uma chácara e construído uma piscina que aguarda pela filha, Artur lamenta a longa espera, pois seu avô, antes de conhecer a tão esperada bisneta, faleceu.

Quando Artur conta a André que receberiam a minha visita em sua casa, André imaginou que eu poderia ser a psicóloga do fórum, que veio informar que finalmente tinha chegado a sua vez. Contou-me que ficou muito ansioso com o encontro, mas Artur o acalmou explicando que era uma pesquisa e que ainda não era a vez deles. Durante nossa conversa, intercalavam histórias do grupo de apoio e confissões sobre a própria ansiedade diante do lento processo de adoção. Em alguns momentos, Artur mostrava certa desconfiança quanto ao processo de adoção demorar tanto para eles, associando ao fato de serem homossexuais. Pereira, Torres, Falcão e Pereira (2013) acreditam que as representações sociais acerca da homossexualidade se opõem ao casamento e à adoção de crianças por homossexuais. Dessa forma, André e Artur podem perceber essa oposição, sem que saibamos se, no caso deles, ela acontece de maneira real ou no imaginário do casal.

Artur imagina que as psicólogas e assistentes sociais estejam à espera de uma menina mais nova para lhes entregar a guarda, pois acredita que uma criança mais velha faria mais perguntas quanto ao fato de terem pais homossexuais, o que denota a inclusão do preconceito contra a homoparentalidade como critério quanto ao tempo de espera na fila e quanto à possibilidade de escolha da criança. A experiência deste casal com o longo e



indeterminado tempo de espera acabou por gerar ansiedades persecutórias (Dias, 2000) e o sentimento de estarem sendo enganados pelos profissionais (Huber & Siqueira, 2010).

Winnicott (1967/1975b) quando fala sobre a importância do elemento tempo na constituição do ser, associa a ideia de trauma à ruptura na continuidade da vida e ilustra com a capacidade do bebê de suportar a ausência da mãe. A falta da mãe, de seu cuidado, segurança e amor por um período de tempo maior do que o bebê é capaz de suportar, faz com que deixe de sentir que a mãe existe de forma real, “então a imago se esmaece e, juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê utilizar o símbolo da união. O bebê fica aflito...” (Winnicott, 1967/1975b, p.135).

Embora Artur e André sejam adultos, talvez possamos traçar um paralelo com a experiência que este casal vive durante a longa espera da filha, sua gestação simbólica que se torna, dia após dia, eterna. A ansiedade do casal deixa de ser uma ansiedade natural frente a uma nova situação da vida para se tornar angustiante. A relação que Artur e André passaram a manter com o tempo de espera de sua gestação adotiva, ao invés de ampará-los para elaborar simbolicamente essa experiência, acabou por interromper seu viver criativo e sua continuidade de existência pessoal, por ter se transformado de um tempo seguro, garantido e confiável em um tempo incerto, duvidoso e suspeito, onde nada se altera e os discursos dos profissionais não condizem mais com a experiência do casal. Dessa forma, o relacionamento com o ambiente se torna precário, uma vez que o que é dito pelos profissionais difere do que é vivido pelo casal, fazendo com que as emoções sejam cindidas de seus reais significados (Winnicott, 1954/1990b; 1963/1994a).

O trauma que este longo período de espera pode significar para algumas pessoas que aguardam pelo filho adotivo, rompendo a continuidade da vida, pode fazer com que organizem defesas para não vivenciar ansiedades impensáveis que geram a desestruturação do ego (Winnicott, 1954/1990b; 1963/1994a). Dessa forma, é em função do *holding* como o compartilhar experiências simbólicas com o grupo, com os profissionais e o próprio tempo como *holding*, que as pessoas se tornam capazes de integrar a experiência como parte de si e o sentimento de ser e viver criativamente, concebendo um espaço potencial para si e para a relação com o futuro filho adotivo (Combiér &

Binkoski, 2017; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

A forma como cada pessoa vai vivenciar o tempo de espera e elaborar seus sentimentos em relação à parentalidade adotiva interfere no vínculo com a criança, que já está se formando no psiquismo parental (Combiér & Binkoski, 2017; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Assim como as mães biológicas desenvolvem um estado de sensibilidade e são envolvidas por sentimentos profundos de identificação com seus filhos, também o desenvolvem os pais adotivos. Winnicott (1955/ 1997c) explica: “As pessoas vão se preparando para a ideia da adoção, e a criança que querem é aquela que chega no momento em que atingiram a fase certa. É o equivalente a estar grávida - um estado de sensibilidade” (p. 137).

Bárbara conta que entende a demora do processo por trabalhar com isso, mas imagina que os casais que estão na fila ficam muito mais angustiados com a espera e já ouvira histórias de pessoas que foram até o fórum mudar o perfil da criança para que chegasse mais rápido. André confessa que conhece casos de adoção ilegal, no hospital em que trabalha, em que os pais adotivos pagam pela criança. Artur sente-se revoltado com essa ideia e afirma que se conhecesse um caso desses o denunciaria sem medo, pois não considera justo que esperem tantos anos enquanto outras pessoas levam o filho de forma ilegal. André e Artur confessam que quase adotaram uma bebê de forma ilegal, mas ficaram com medo de fazê-lo e a criança ser retirada deles. Érica revela que ao contar para amigos e parentes próximos que ela e Eduardo decidiram adotar uma criança, muitos lhes sugeriram que fossem para a Bahia com dois ou três mil reais, pois poderiam escolher o filho e já sair de lá com ele.

O longo e indeterminado tempo de espera angustia os futuros pais de tal forma que estes começam a mudar o perfil da criança (Levy, Diuana & Pinho, 2009), não porque se sentem preparados para receber um filho diferente do que haviam desejado, mas, simplesmente, para abreviar o tempo do encontro com a criança, que nunca chega, enquanto os anos passam. A lei e o processo de adoção, que têm como objetivo amparar a família adotiva, legitimando-a para que não passe a existir de maneira ilícita ou encoberta por segredos, mas de forma genuína para si e para a sociedade, quando submete os pais a um

período de espera indeterminado e agonizante, desampara-os ao invés de protegê-los (Coimbra, 2009).

Ao sentirem-se desamparados pela lei, nasce, em alguns pais, o desejo de burlá-la e adotar uma criança de maneira ilegal. Isso acontece porque a lei e a moralidade se transformam, mudando de significado. Se antes seguir a lei significaria reconhecer a realidade compartilhada bem como ter sua parentalidade adotiva reconhecida e legitimada por essa realidade, possibilitando a confiança nela, agora, lançados ao abismo de sua gestação eterna, os pais passam a se sentir subjugados e desrespeitados pela legislação, que interrompe sua continuidade de ser e seu verdadeiro viver, deixando de inspirar confiança para lhes ameaçar (Winnicott, 1954/1990b).

Abram (2000) explica que “a submissão está sempre associada a um viver constituído a partir do falso *self*. Ela vincula-se ao desespero, em lugar da esperança” (p. 230). Assim, é possível ver alguma saúde na atitude dos pais, quando desejam buscar pelo filho de maneira ilegal, se associarmos esse desejo à esperança que os movimenta em direção à construção de sua futura família e à não submissão a um processo que os afasta de sua verdade.

Quando Bárbara explica que compreende as diversas perspectivas do processo de adoção revela a situação das próprias crianças retiradas de sua família de origem que, enquanto aguardam no abrigo que alguém da família biológica assuma seus cuidados, o tempo vai passando. A longa duração dos processos jurídicos, justificada pela busca de uma decisão pautada na justiça, é caracterizada por Coimbra (2009) como “a própria representação da injustiça” (p. 697). O autor explica que

O tempo de duração dos processos, sua lentidão ou, em outras palavras, seu fim permanentemente adiado traduz-se no discurso das partes de modos distintos. Esse tempo que passa, muitas vezes, aparentemente não contribui para a suspensão ou o reordenamento da história narrada, de modo que um novo posicionamento subjetivo pudesse advir ali onde o litígio permanece em carne viva (p.706).

Dessa forma, enquanto o tempo passa e as crianças ignoram se ficarão com algum parente, se voltarão à família nuclear ou serão encaminhadas para adoção, as crianças permanecem em um ambiente que irá marcar sua história

e influenciar sua forma de ser. Durante o desenvolvimento humano, principalmente durante a infância, é necessário que os cuidadores se identifiquem com a criança e possam agir através do amor e da aceitação, permitindo que a criança construa sua personalidade de forma verdadeira e espontânea. Um ambiente que não responde às necessidades dos bebês e das crianças acaba por gerar uma quebra em sua continuidade de ser. Dependendo do nível da falha ambiental, esta falha estará na origem da tendência anti-social, pois um ambiente onde predomina a privação e a agressão irá influenciar a maneira com que a criança lida com sua agressão inata, dirigindo-a para a violência que a defenderá de um ambiente invasivo, abrindo mão do brincar e do viver criativo (Winnicott, 1963/1983e).

Carlos diz que uma de suas principais preocupações com o filho é “como passar para essa criança que eu a amo incondicionalmente, independente da história dela” (sic), o que nos leva ao nosso segundo campo de sentido afetivo-emocional: o peso da responsabilidade de construir uma família adotiva, onde se mesclam dúvidas e esperanças sobre o amor ser o suficiente...

## 5. O PESO DA RESPONSABILIDADE: “COMO PASSAR PARA ESSA CRIANÇA QUE EU A AMO INCONDICIONALMENTE?”

*“Dar à luz a uma criança / é iluminar os seus dias  
dividir suas tristezas / somar suas alegrias  
é ser o próprio calor / naquelas noites mais frias  
(...)”*

*Dar à luz é ser presente nos momentos mais cruéis  
é ensinar que os dedos valem mais do que os anéis  
é mostrar que um só lar, vale mais que mil hotéis  
(...)”*

*é a escola da vida que insiste em ensinar  
que pra dar à luz a um filho não é preciso gerar  
é entender que neste caso o sangue é indiferente  
duvido o DNA dizer o que a gente sente  
é gerar alguém na alma e não biologicamente  
(...)”*

*o amor vai mais além  
o amor tem tanto brilho  
que quem adota um filho  
é adotado também!”*

Dar à luz- Bráulio Bessa

O projeto de um homem ou uma mulher de ter um filho passa por diferentes composições de suas histórias e sentidos, tanto conscientes quanto inconscientes. Esses sonhos e significados farão parte da própria história da criança, na medida em que fundamentam os cuidados da futura relação entre os pais e seus filhos e a conseqüente formação do vínculo entre eles (Gutierrez, Castro & Pontes, 2011).

Winnicott (1968/1994d) acredita que os estados afetivos da mãe são transmitidos ao bebê desde o útero, e que essa comunicação inconsciente já participa na construção de sua identidade. No entanto, mesmo que procuremos explorar os sentidos profundos de ser pai e mãe, assim como a transmissão do desejo de ter um filho dos pais à criança, é necessário assumir que essas compreensões têm seus limites, e que podemos nunca ter acesso a todas elas (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Dessa forma, se a busca de acesso aos próprios desejos já encontra barreiras, os desejos do outro podem ser ainda mais obscuros para nós. Na parentalidade adotiva, os pais que aguardam pelo futuro filho precisam lidar não apenas com os próprios desejos em relação ao filho adotivo, mas, de alguma maneira, também com os obscuros e completamente desconhecidos desejos dos pais biológicos da criança, que marcam a história dela, sem que os pais adotivos tenham dela feito parte. Existe, por parte dos pais adotivos, o conhecimento de que um lado não existe sem o outro, ou seja, de que só poderão ser pais por adoção porque os pais biológicos tiveram seu filho e, depois, se separaram dele. Dessa forma, surgem ambivalências, como a gratidão aos pais biológicos e a raiva por terem sido insuficientes, gerando sofrimento à criança, ou, ainda, a inveja por não poderem ser os pais biológicos da criança (Gutierrez, Castro & Pontes, 2011; Huber & Siqueira, 2010).

Quando um processo de adoção se inicia sinaliza que uma criança foi afastada de seus pais biológicos. Isso pode acontecer pela entrega do bebê por parte dos próprios pais, ou, ainda, pela retirada da criança de sua família, em função de negligência ou violência da parte dos pais biológicos (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015). Em qualquer um dos casos, existe a ruptura de um vínculo, que pode ser o primeiro vínculo daquele ser humano. No caso de crianças mais velhas que foram retiradas de sua família de origem, acrescenta-se todo um histórico de rupturas da continuidade de ser, que fragilizam o ego (Winnicott, 1960/1983b; 1952/2000c). Além disso, essas crianças também precisam elaborar o luto pela perda da família biológica como parte do processo de aceitação da família adotiva (Alvarenga & Bittencourt, 2013).

Os casais desta pesquisa parecem saber que o futuro filho precisará elaborar o luto de sua família biológica. Assim, entendem que na construção do vínculo com o filho precisarão resgatar, através do amor que se traduz pelo *holding* suficientemente bom, a espontaneidade e a continuidade de ser daquela criança (Winnicott, 1969/1994f; 1956/2000d). No entanto, surgem os medos e questionamentos: Vou dar conta? O amor será suficiente? Carlos confessa que um de seus medos é ficar com a criança 24 horas. Sabe que consegue dar conta da demanda de seus sobrinhos e de outras crianças que

conhece, mas admite o receio de não dar conta da demanda do futuro filho, por quem será responsável integralmente.

Carlos percebe que cuidar e brincar com crianças que voltarão para seus pais ou cuidadores mais tarde, é bem diferente de carregar o peso da contínua responsabilidade. Com a consciência dessa diferença, consegue entrar em contato com seu medo, sem que precise negá-lo. Esta condição pode ajudá-lo na relação com o filho que esta por vir, pois quando conseguimos entrar em contato verdadeiro com nossa própria realidade emocional temos maior facilidade em perceber a realidade emocional do outro, como do filho adotivo (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015).

Ao imaginar o futuro com o filho, os casais conseguem se colocar em seu lugar, identificando-se com ele e, assim, compreender alguns de seus sofrimentos. Alguns participantes inclusive confessam o medo de aumentar o sofrimento dos filhos pelas particularidades da parentalidade adotiva. André é sensível ao sofrimento das crianças abrigadas, quando diz que “na cabecinha delas sabem que já passou sua época de serem adotadas” e, antes de ir conhecer os bebês, lhes dirige a atenção, tentando amenizar o sofrimento da rejeição. Artur e André acreditam que uma menina mais nova não sofreria tanto por ter pais homossexuais, pois poderia ir se acostumando com a ideia. Também pensam em adotar irmãos, para que a menina não se sinta sozinha.

André e Artur comentam que pretendem batizar a filha em uma igreja católica e, assim, ela terá uma madrinha. Junior (2014) explica que o significado do apadrinhamento no batismo da Igreja Católica Romana é o de representar a família espiritual da criança. Quando André e Artur revelam o desejo de batizar a filha e explicam que, dessa forma, ela terá uma madrinha, parecem querer tranquilizar a profissional do abrigo, e aos seus próprios anseios, ao oferecer uma figura feminina para a filha. Assim, o apadrinhamento da menina por uma mulher que lhes é de confiança, faria o papel de uma segunda mãe, espiritual, já que, embora possam desempenhar a função materna, os dois são homens e ainda estão ligados, no imaginário social, à figura paterna. O apadrinhamento aparece como uma solução para o dilema de adotar uma criança e não lhe proporcionar uma mãe, pois ela terá uma madrinha, uma mãe espiritual, ligada a essa nova família que nasce.

Daniel e Douglas também se colocam no lugar do filho e revelam, com pesar, que este teria que elaborar vários tipos de preconceito: o de ser negro, ter sido adotado e o de ter pais homossexuais. Dessa forma, é como se a adoção homoparental trouxesse o medo de acrescentar à vida do filho a mesma dor que o casal enfrenta em seu cotidiano.

Bárbara tem medo de chocar os filhos com a sua deficiência a qual compartilha com o marido. Gostaria que as crianças fossem avisadas antes, tomando o processo de adoção segundo a perspectiva da criança e desejando que eles, os pais, fossem “adotados” pelos filhos com consciência. Demonstra preocupação pelo fato de que as crianças não escolhem os futuros pais ou suas características, diferente dos adultos, que podem escolher algumas (Winnicott, 1971/1975d). O medo de não ser amado e aceito pelo filho traz o seu reverso: o medo de não amar ou aceitar o filho incondicionalmente, ou conseguir comunicar esse amor de maneira convincente. A comunicação do amor ultrapassa as palavras e a linguagem, é uma comunicação inconsciente ligada à capacidade dos pais de se identificar profundamente com seus filhos, o que depende tanto dos pais quanto da criança (Winnicott, 1968/1994d; 1969/1994f).

Carlos compartilha outro de seus temores: “Como passar para essa criança que eu a amo incondicionalmente, independente da história dela?” (sic) e comenta que deseja apoiar o filho mesmo quando este fizer escolhas diferentes do ideal do casal. O desejo de Carlos oferecer um amor que não é posto em dúvida ou medido pelos acertos e erros, mas incondicional (Winnicott, 1956/2000d), também é expresso por Eduardo quando pondera sobre apontar o caminho para a criança, mas sempre permitir que ela escolha. É assim que Eduardo explica para Emanuel o que é o amor incondicional dos pais. Eduardo sente-se pai adotivo de Elisa e Emanuel, e é reconhecido pela família da esposa como o avô preferido da filha de Emanuel. Assim, ele elabora sua infertilidade dizendo que não são os genes que falam mais alto, mas o amor e respeito construído no relacionamento com aquela criança.

Eduardo conta que conhece muitos casais pretendentes que tinham medo de dar tudo aos filhos e serem abandonados ou maltratados. Completa sua ideia: “na verdade o maior medo das pessoas não é dar isso ou aquilo e não ser retribuído, o maior medo das pessoas é não ser amado” (sic). Assim,



ele revela o jogo de espelhos que compõem essa relação, na qual se olha para a criança como um filho, mas é necessário ser olhado por ela como pai. É esse olhar do filho que irá legitimar a identidade parental, mais do que o sangue ou a legislação (Winnicott, 1962/1983c; 1962/1983d).

Ao escrever sua história, Eduardo alude à responsabilidade de estar com a criança e fundamenta seu receio dizendo que os relacionamentos na vida são uma troca, mas com a criança precisamos ser a parte madura da relação. Ilustra esse temor em relação ao futuro filho com uma experiência compartilhada com Elisa, sua enteada, pois ficou muito nervoso no primeiro dia de aula da graduação da menina, mas tentou disfarçar ao máximo para que ela não percebesse (Winnicott, 1971/1975d). Assim, da perspectiva de Eduardo, os pais teriam como dever abdicar de sua criança interior, que também necessita ser amada, olhada e compreendida, para suportar a ambivalência dos relacionamentos humanos, fazendo com que seu amor seja mais forte do que o ódio e, com isso, consigam oferecer um ambiente de *holding* para a criança, sobrevivendo ao ódio e temores do filho e aos seus próprios (Winnicott, 1962/1983c; 1962/1983d; 1947/2000b).

O reconhecimento de sua criança interior (Winnicott, 1962/1983d) e de suas necessidades, colocam Eduardo em contato com seus receios quanto à relação com o futuro filho. Dessa forma, busca, na figura de Deus, um suporte tanto para aceitar a própria vulnerabilidade quanto para sobreviver às possíveis ameaças de ódio da criança e de si mesmo (Winnicott, 1968/1994e). Eduardo escreve em sua NI: “...e o que não tiver como fazer tudo isso, Deus fará”. Érica acrescenta em sua NI: “E quando forem chegando os problemas, dúvidas, perguntas, Deus vai nos capacitar e nos dar forças para vencer, vamos caminhar todos juntos. Vai dar certo!”.

Winnicott (1945/2012a) acreditava que a função de um pai era dar um suporte à mãe na sustentação da família, enquanto a mãe, identificada com o bebê através da Preocupação Materna Primária, forneceria ao filho um ambiente suficientemente bom para que ele caminhe da dependência absoluta à independência relativa (Winnicott, 1956/2000d). Assim, para Erica e Eduardo, a figura de Deus parece oferecer um cuidado que é materno e paterno, ao mesmo tempo, por compreender profundamente o seu sofrimento e suas

necessidades, assim como lhes proporcionar um suporte indestrutível para que possam, por sua vez, exercer as funções parentais para com o futuro filho.

Quando os pretendentes adotam crianças maiores, precisam dosar os limites e frustrações para que a criança adotada conheça a realidade, enquanto resgata sua capacidade de criar o mundo, caso tenha sido privada disso em seu ambiente precoce, o que gera mais um peso para sua bagagem de responsabilidade (Winnicott, 1956/2000d). Carolina comenta que se preocupa com a educação do futuro filho. Tem consciência da necessidade de limites que só caberão a eles, como pais. Situação que é bem diferente de quando estão brincando com seus sobrinhos e não precisam se preocupar com alguns limites, pois estes seriam a responsabilidade dos pais da criança. A incerteza sobre a própria capacidade parental reside na dupla tarefa que os espera: frustrar uma criança que em muitos sentidos já foi frustrada e, ao mesmo tempo, ajudá-la a experimentar sua plena aceitação, sua capacidade criativa, seu potencial e sentimento de ser.

A espontaneidade da criança, ao encontrar um limite ou impedimento costuma transformar-se em um gesto agressivo e serão seus cuidadores os destinatários deste gesto, e de quem dependerá a forma como a criança trabalhará sua agressão inata (Winnicott, 1984/2002b). No entanto, ainda que os pais adotivos compreendam a necessidade de limites para os filhos, suprimindo a necessidade da própria criança de eventualmente encontrar a falha de adaptação dos pais que permite que ela reconheça a realidade compartilhada, também compreendem que precisam oferecer um ambiente para que ela realize seu potencial, devendo suprir, em alguns casos a experiência de ter sido amada e ter perdido isso (Winnicott, 1956/2002a). Assim, como demonstrar a essa criança que ela é amada e aceita de maneira incondicional se, ao mesmo tempo, é preciso estabelecer limites e, com eles, redesenhar sua agressividade?

Artur e André pensam em colocar os objetos da casa que a filha não poderá mexer em uma altura que a impeça de fazer isso sem que eles precisem colocar-lhe este limite a todo o momento. Contam que um dos irmãos de André era tão rígido na educação dos filhos que os pais não precisavam tirar nada do lugar, pois as crianças não ousavam mexer em nada. Dessa forma, o casal diferencia entre o que merece maior rigor na imposição de

limites e o que só submete a criança à conveniência dos pais, sem levar em conta o que é necessário para o seu desenvolvimento (Winnicott, 1960/1983b).

Embora os casais participantes desta pesquisa verbalizem a distinção entre o crescimento maduro e a submissão a normas, também manifestam o receio de confundi-los quando estiverem diante da tarefa de educar um filho (Winnicott, 1963/1983e). Daniel confessa que rejeita a educação rigorosa que recebeu do pai, mas reconhece que não pode deixar o filho “solto” (sic). Eduardo escreve em sua NI: *“Nossa caminhada pela paternidade será um tanto desafiadora. Me preocupo em como conseguir transmitir os valores familiares, pessoais, profissionais e, principalmente, como trabalhar nosso filho nessas questões.”* Érica também enfatiza a importância da educação do filho na construção de sua identidade, e escreve em sua NI: *“Me preocupo se vamos conseguir, juntos, tornar essa criança um adulto responsável, de caráter, princípios, de bom coração, uma criança que respeite a todos... colocar para essa criança sempre a verdade, para crescer uma pessoa de pé no chão, que tenha maturidade”*.

Para Ebrahim (2001) as características de um indivíduo maduro se baseiam na autoestima que essa pessoa construiu ao longo de sua vida. Dessa forma, uma pessoa madura conseguiria amar os outros e a si mesma, perceberia sua existência e história através de um tempo contínuo, desenvolveria autonomia e responsabilidade, suportaria frustrações e viveria com certa harmonia. Conforme Winnicott (1968/1994d), para a criança constituir sua identidade de forma autêntica e, portanto, madura, é necessário que os cuidados e educação sejam realizados com amor, e não de forma mecânica ou técnica.

Carolina revela o risco da educação, com seus limites, afastá-los do amor, um amor de plena aceitação. No entanto, Carlos a tranquiliza, argumentando que ambos tiveram uma boa educação. Daniel também afirma que ele e Douglas, apesar de terem sido educados de formas diferentes, carregam uma essência (sic) em comum e desejam transmiti-la ao futuro filho. Eduardo orienta Emanuel na educação que o jovem enteado deve dar à filha e justifica dizendo que quando alguém perguntar à menina quem é o seu herói, ela deve pensar em Emanuel, assim como Eduardo pensava em seu pai.

Esses casais ilustram como o relacionamento que tiveram com os próprios pais é tomado como modelo de parentalidade, tanto no que se refere à transmissão de valores quanto ao relacionamento afetivo, seja para reproduzir o cuidado vivenciado como satisfatório, como Eduardo, seja para elaborá-lo e recriá-lo, como Daniel, que não pretende reproduzir a educação rigorosa que recebeu de seu pai. Daniel parece ter interpretado que a educação paterna visava satisfazer o adulto e não a necessidade do filho (Winnicott, 1963/1983e). Mais uma vez, os casais parecem se identificar com a criança, colocando-se em seu lugar e, assim, desejam lhes oferecer o que experimentaram de melhor na vida: o amor verdadeiro, no qual os limites são colocados para o crescimento do filho, não para a submissão deste aos pais.

O desejo de ter filhos e a construção da própria parentalidade faz com que esses futuros pais revisitem sua infância e a relação que tinham com seus próprios pais, para, agora, ocuparem esse lugar (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015). Cecílio e Scorsolini-Comin (2016) explicam que “a construção da parentalidade deriva da história individual dos pais, de forma a reatualizar fantasias de sua própria infância, colocando em pauta movimentos narcísicos que refletirão nas identificações com a sua própria representação de parentalidade” (p. 176).

Ilustrando essa perspectiva, Eduardo diz que seu pai é seu herói, e, durante nossa conversa, também fala orgulhoso sobre a formação de Elisa, pois acredita que o amor e a educação que dedicou à enteada contribuíram para torná-la a pessoa que tanto admira. Também conta que graças à educação que recebeu de seus pais tornou-se uma pessoa que se entregava para seus relacionamentos, dedicando, àqueles que ama, o seu melhor, não apenas o que lhe sobra.

A partir da visão que Eduardo tem de seu pai, como seu herói, bem como do valor da educação que recebera, constrói o desejo de ser alguém importante para os filhos, transformando-se no herói deles. Assim, atribui importância a si mesmo na construção da identidade dos filhos, como se pudesse ver, através da realização deles, a si mesmo (Freud, 1914/2006b). Daniel também conta de sua relação familiar, desta vez se baseia nesta para fazer com que sua paternidade siga um rumo diferente. Diz que não quer dar a mesma educação rigorosa que recebeu ao filho e comenta que sua mãe e sua

irmã tentaram impedir seu projeto de adotar uma criança. Ele responde à mãe que precisa de seu apoio, não de sua permissão. Também conta que a relação com seu pai praticamente acabou desde que ele revelou sua homossexualidade. Registra em sua NI a intenção de “*apoiar o filho em todas as esferas*” revelando tanto o desejo frustrado de poder contar com o apoio paterno quanto sua intenção de reparar essa falha em sua futura relação com o filho adotivo.

O desejo de ter um filho carrega, também, o desejo de burlar a mortalidade, transmitindo ao filho a vida e parte de si mesmos. Abram (2000) escreve que “o legado transmitido de uma geração à outra não implica somente costumes e tradições, mas seus fundamentos simbólicos e emocionais” (p. 88). Carlos diz que, acima de tudo, deseja que os filhos sejam pessoas felizes, boas e honestas. Carolina diz que imagina “ter uma vida familiar normal: passear, brincar, brigar” (sic). Daniel e Douglas escrevem em sua NI que desejam que o filho tenha “*aspirações para o futuro e valores essenciais*” e que eles possam “*ser uma referência de valores familiares*”. Eduardo escreve em sua NI: “*Às vezes fico tentando imaginar como será o primeiro dia de aula, como será tirar o primeiro dentinho, como será a saúde dele. Como será nosso entendimento, nossa amizade*”. Dessa forma, os pais se projetam no filho e vislumbram a continuidade de sua vida, amor e valores no compartilhar de seu cotidiano, que viverá na memória dos descendentes, eternizando-os.

Daniel e Douglas têm medo que seu processo de adoção fique prejudicado pela falta de apoio de suas famílias. A família de Douglas sequer sabe que eles estão tentando adotar. Contam que as psicólogas e assistentes sociais prezam muito pela rede de apoio ao casal, para não retirar a criança de uma família desestruturada e colocá-la em outra. Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013) acreditam que os profissionais que avaliam os pretendentes deveriam se abrir para novas possibilidades de famílias, mesmo que estas não sigam determinado modelo ideal, pois a vida familiar, em seu cotidiano, tem muitos acasos e imprevistos que não se asseguram pela composição de uma família baseada em determinada referência. No entanto, Winnicott (1957/1993d), apesar de entender que a qualidade da relação entre os pais e os filhos seja o principal ingrediente na formação de um ambiente familiar, alerta para o papel da relação da família com sua rede social

A existência da família e a preservação de uma atmosfera familiar resultam do relacionamento entre os pais no quadro do contexto social em que vivem. A “contribuição” que os pais podem dar à família que estão construindo depende em grande medida de seu relacionamento geral com o círculo mais amplo que os envolve, ou seja, seu contexto social imediato. Pode-se usar aqui a imagem de círculos concêntricos cada vez mais largos: cada grupo social depende, para ser o que é, de seu relacionamento com um grupo social mais vasto. É claro que os círculos se superpõem. (p. 61)

Daniel e Douglas, para preservar seu relacionamento, e a ideia de família que pretendem formar, dizem ter se afastado de muitos amigos homossexuais, que não compreendem que eles formam um casal monogâmico e insistiam em flertar com eles. Machin (2016) observa que os casais homossexuais que pretendem adotar crianças para formar uma família alegam não se encaixar na “cultura gay”, uma cultura associada à promiscuidade. Dessa forma, para se protegerem de um ambiente invasivo, Daniel e Douglas acabam por se afastar de alguns relacionamentos, retraindo-se. Apesar de lhes servir à proteção do verdadeiro *self*, o retraimento pode vir a bloquear o enriquecimento do viver (Winnicott, 1958/1983a).

Já Artur e André contam com o apoio da família e dos amigos para realizar a adoção. Carlos e Carolina também disseram que suas famílias estão adotando com eles. Bruno e Bárbara já imaginam os sobrinhos de Bárbara, que têm idades próximas das que ela colocou no perfil do futuro filho, brincando juntos com seu filho. Bruno conta que sua mãe estava muito animada e vivia perguntando sobre a chegada da criança. Bárbara pondera que apenas um de seus tios poderia ter preconceito por valorizar muito o sobrenome da família, mas, em seguida, demonstra sua confiança no potencial da criança para quebrar tal resistência, comentando: “mas a gente sabe como criança cativa né, então mesmo que ele não goste no começo, depois a criança cativa” (sic). Transmitir a vida e seus sentidos simbólicos para o filho e receber dele algo novo e diferente do que já foi vivenciado uma vez, mescla a tradição e a originalidade (Winnicott, 1975/1951-69). Assim, ter um filho parece ser uma das portas para se experimentar o espaço transicional e, com ele, a criatividade, o sentir-se real, o brincar e, segundo Abram (2000), “é somente através do brincar que as amizades podem surgir” (p. 60).

Eduardo escreve: “Às vezes *fico tentando imaginar como será nosso entendimento, nossa amizade*”. Ele acredita que as relações, antes de tudo, devem se basear em respeito. Diz que as pessoas buscam o amor, mas que, se procurassem relações baseadas no respeito, mesmo que não houvesse intenso amor, viria a gratidão, o que ele não via em muitas famílias biológicas, que se destravavam, por estarem seguras de seu vínculo. Winnicott (1964/2012b), ao relacionar o brincar com o nascimento das amizades, reflete sobre a importância dos amigos na constituição do self, uma vez que para ter amigos é necessário que as pessoas percebam a existência do outro como independente da sua. Dessa forma, parece que Eduardo substitui o peso de ter que amar incondicionalmente o filho, por algo que lhe traz mais segurança: o respeito, no qual ele deverá aceitar a alteridade da criança, sem tentar transformá-la no filho ideal de suas fantasias, o qual amaria incondicionalmente. É como se ele encontrasse uma alternativa: caso não consiga vivenciar uma identificação profunda na qual todos possam se sentir amados, então, que essa identificação e amor incondicional possam ser substituídos pelo respeito, no qual consigam se aceitar pelo que são, protegendo a si e ao filho da possibilidade do repúdio do não-eu (Winnicott, 1964/1994c).

Enquanto Eduardo argumenta sobre o valor do respeito dizendo que “já ouvi filhos falarem cada coisa para os pais que até ouvir um ‘você não é meu pai’ parece melhor do que outras coisas que já presenciei em famílias biológicas”, Érica tem outra opinião: “eu já não gostaria de ouvir isso” (sic). Dessa forma, é possível perceber os diferentes desenhos que a parentalidade assume para cada um dos membros de um casal. Eduardo não tem filhos biológicos e associa a legitimação de sua paternidade ao amor e à amizade. Já Érica tem dois filhos biológicos e lhe parece doloroso imaginar como seria ser mãe sem ser reconhecida pelos filhos. A experiência de parentalidade de cada um, ainda que construída a partir da relação conjugal, é um reflexo da história individual, com seus diferentes significados de ser pai e ser mãe (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009).

André comenta que muitos casais têm medo que os filhos queiram conhecer os pais biológicos, mas que isto não é um problema para ele, pois sua filha saberia que não é filha biológica dele e de Artur. Também refere à fala

de uma profissional do grupo de apoio que frequenta, a qual diz que é preciso amar a mãe biológica da criança, pois é graças a ela que eles podem ser pais. Carlos confessa seu receio de que os filhos queiram conhecer os pais biológicos e prefiram ficar com eles, mas logo justifica que seu temor não é ser preterido em relação aos pais biológicos, mas que seus filhos venham a sofrer mais uma rejeição. Carolina assume o medo de revelar a adoção para os filhos enquanto Carlos apazigua o temor da esposa, sem perceber que revela o seu próprio: “se forem negros será mais fácil, pois eles e as pessoas já irão saber, sem que a gente precise explicar” (sic). Escrevem em sua NI: “*medo de contar, sempre respeitando a família biológica*”.

Um dos maiores medos dos pais adotivos, conforme referido na literatura, é o de serem abandonados pelo filho em prol da família biológica quando lhe revelarem a adoção (Huber & Siqueira, 2010). O medo de que o filho pense que não é verdadeiramente amado pelos pais, assim como ter sua parentalidade colocada em dúvida pela criança, faz com que os pais adotivos vivenciam de forma real as fantasias dos romances familiares, no qual as crianças, frustradas com seus pais reais, se imaginam adotadas por eles e filhos verdadeiros de um rei e uma rainha (Freud, 1909/2006a). Dessa forma nasce a rivalidade e competição inconsciente com a família biológica da criança e, pelo medo de serem rejeitados e perder o filho, a revelação se torna um tabu (Fonseca, 2012; Huber & Siqueira, 2010; Rosa, 2008).

Schettini, Amazonas e Dias (2006) explicam que “em geral as representações de família presente no imaginário social fundamentam-se nos laços consanguíneos. A maioria das pessoas atribui a eles um grande poder, considerando-os indissolúveis” (p. 286). Dessa forma, nascem os Grupos de Apoio à Adoção, com o objetivo de ressignificar os sentidos atribuídos à adoção ao filho adotivo e ajudar os pretendentes à adoção a elaborar sua parentalidade. O que nos leva ao terceiro campo de sentido afetivo-emocional...



## 6. AS MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE ADOÇÃO: PREPARAÇÃO OU TREINAMENTO?

*“Não quero lhe falar meu grande amor  
De coisas que aprendi nos discos  
Quero lhe contar como eu vivi  
E tudo o que aconteceu comigo...”*  
Como nossos Pais- Belchior

Com a regulamentação da adoção pelo ECA e pela Nova Lei da Adoção de 2009, os pais adotivos passam por longo processo de seleção, preparo e espera para receberem o futuro filho adotivo. No entanto, embora esses processos se justifiquem como a preparação dessas pessoas para acolherem genuinamente a criança em suas famílias e em seu cotidiano, é possível perceber que os pais passam por intensos sofrimentos durante esse período, sentindo-se testados, avaliados, ansiosos, culpados e, muitas vezes, enganados quanto ao andamento de seu processo e posição na fila de espera da adoção. Esses sofrimentos acarretam um estado de desamparo psicológico nos pais, podendo evocar mecanismos de defesa para conseguirem lidar com essa situação dolorosa (Huber & Siqueira, 2010).

Os grupos de apoio, que têm como objetivo auxiliar os pretendentes a elaborar sua parentalidade adotiva e, assim, conseguir receber o filho de maneira verdadeira, apesar de suas diferenças (Huber & Siqueira, 2010; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008; Schetini, Amazonas & Dias, 2006; Sequeira & Stella, 2014), muitas vezes, acabam por fazer um trabalho de cunho educativo e intelectual com os pais, explicando-lhes o processo de adoção e o fato de que terão suas chances aumentadas se ampliarem o perfil da criança desejada (Ferreira-Teixeira, 2006; Levy, Diuana & Pinho, 2009), incluindo características antes ignoradas.

Assim, se a maioria dos casais desejam bebês e crianças pequenas que se pareçam com eles fisicamente, bem como crianças saudáveis, e esta não é a realidade encontrada em nossos abrigos, os grupos de apoio tentam trazer essa realidade para os pais, mostrando-lhes que, caso ampliem o perfil da

criança, aumentando sua idade, aceitando grupos de irmãos e crianças que não se assemelhem a eles fisicamente, ou crianças com necessidades especiais, as chances de encontrarem o filho rapidamente, aumenta de maneira exponencial (Andrade, Costa e Rosseti Ferreira-Teixeira, 2006; Costa & Kemmelmeier, 2013; Huber & Siqueira, 2010; Maux & Dutra, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Rosa, 2008; Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015; Scorsolini-Comin & Santos, 2008; Siqueira, 2012).

Embora os grupos e profissionais envolvidos na adoção busquem a mudança do perfil da criança pretendida para abreviar o encontro entre pais adotivos e crianças afastadas da família de origem, se esta mudança ocorrer unicamente de forma racional ou educativa, sem que sejam trabalhados os sentimentos profundos dos pais de forma acolhedora e respeitosa por parte dos profissionais, é possível que os pais sintam-se julgados por suas escolhas, os quais já se sentem culpados por desejarem a criança perfeita quando escolhem suas características (Ferreira-Teixeira, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

Esse sentimento de culpa foi explicitamente referido pelo casal C desta pesquisa, quando eu lhes perguntei sobre o perfil da criança e Carlos respondeu que não se lembrava, que sentia uma espécie de bloqueio por ter sido aquele um momento de intenso desconforto. Carolina completa a ideia do marido sobre o constrangimento de escolher um filho: “É horrível, parece que você está escolhendo um objeto!”. A culpa ou quaisquer que tenham sido os sentimentos de Carlos ao preencher os formulários de adoção, acionaram estratégias defensivas que lhe pouparam de novo sofrimento.

O casal E também comentou sobre os papéis que precisaram preencher com as características do futuro filho, dessa vez trazendo o incômodo de se sentir avaliado e desamparado pelos profissionais. Eduardo acaba interpretando as perguntas que lhe eram feitas como “pegadinhas” para surpreendê-los na própria confusão ou suposta mentira. Também se sentiu enganado, quando tentou esclarecer suas dúvidas com os profissionais e, ao invés destes lhe ajudarem, ligaram alguns dias depois dizendo que havia contradições nas respostas do casal. Confuso e indignado, Eduardo questionou-os, ao telefone: “mas nós não pedimos para vocês nos ajudarem?”

O sentimento de estar sendo avaliado e testado ao longo do processo de adoção também foi relatado por outros casais participantes deste estudo. O casal A se sentiu incomodado quando pedi que completassem a NI, o que não é usual nas pesquisas que temos desenvolvido em nosso grupo de pesquisa. Interpretamos essa recusa como o receio do casal deixar algo escrito que pudesse ser tomado como um documento que os comprometesse.

Quanto ao casal B, Bruno ficou tão constrangido quando a esposa lhe propôs histórias individuais que não conseguiu escrever a sua. Bárbara completou sua história de maneira descritiva e racional, dizendo o que aconteceria em cinco, dez ou vinte anos, sem divagar imaginativamente ou entrar em contato com os próprios sentimentos, contrariando a proposta da NI. Após algum tempo de conversa, quando lhe pareciam esgotados os aspectos racionais que poderíamos explorar sobre a adoção, compreendendo o lado de todos os envolvidos, ela me pergunta se eu gostaria de lhes fazer alguma pergunta e quando, ao invés de perguntar, lhe conto que as crianças imaginam muito o futuro com os pais adotivos, ela vence a própria resistência e abre as portas para seus sentimentos profundos, trazendo o medo de não ser aceita pelo filho por conta de sua deficiência. Talvez ela tenha percebido que eu não estava lá para testá-los ou avaliá-los com perguntas, mas para ouvi-los e acolhê-los, o que lhe inspirou confiança (Winnicott, 1954/ 1990a).

Como Carlos e Carolina, Bruno também pareceu sentir-se culpado em relação ao desejo de adotar uma criança mais nova do que o perfil estimulado pelos profissionais (Sequeira & Stella, 2014). Falou pouco durante o tempo em que eu estive com eles, mas comentou que, ao contrário de Bárbara, desejou um bebê ou uma criança pequena, de uns dois anos. Pareceu querer justificar sua escolha, explicando-me que achava essa fase mais “engraçadinha” e que havia brincado muito com seus sobrinhos quando eles tinham essa idade. Trouxe esse componente afetivo em relação ao desejo de ter filhos menores, quase como um pedido de desculpas por ter desejado uma criança pequena. Subjacente ao discurso de que não se importaria em receber uma criança mais velha, Bruno fala de sua preocupação com os pais que colocavam no perfil que aceitavam crianças mais velhas, quando queriam as mais novas, revelando a força de seu desejo por meio da identificação velada com tais pais.

Artur também tenta elaborar o sentimento de culpa por não desejar uma menina doente, argumentando que se fosse filha de sangue e tivesse uma doença não tratável ele pensaria que Deus havia decidido que ele tinha que passar por isso. No entanto, como este não era o caso e, portanto, tinha o privilégio de escolher, queria uma menina que pudesse crescer e se tornar independente, e não uma que ficasse para sempre na cama (sic). O sentimento de culpa por desejar a filha perfeita (Sequeira & Stella, 2014) parece ser tão intenso, que ele recorre a Deus, como instância superior, para obter a permissão para escolher uma menina saudável.

Daniel e Douglas também demonstram como o processo de avaliação é penoso quando se queixam de que as psicólogas ficam lhes questionando sobre todas as suas escolhas (Ferreira-Teixeira, 2006), como a idade e o sexo da criança, por ser diferente do que a maioria prefere. Daniel explicou à psicóloga que por serem homens sentiam-se mais à vontade com um garoto, além de não precisarem recorrer à sua irmã em todos os momentos de dúvida, caso fosse uma menina. Quanto à idade, explica que teriam mais condição de cuidar de uma criança mais velha e, portanto, mais independente, por conta de seus horários de trabalho. Embora não tenha tido dificuldade para responder às perguntas da psicóloga, pareceu incomodado por tantos questionamentos, sentindo-se avaliado e testado.

O movimento de alguns profissionais em relação às escolhas dos pais, julgando-os e avaliando-os sem acolher suas histórias e sentimentos, passa a constituir um ambiente intrusivo e desrespeitoso à forma de ser dos pretendentes à adoção (Ferreira-Teixeira, 2006). Para Winnicott (1963/1994a) um ambiente intrusivo se torna prejudicial ao desenvolvimento de uma pessoa, interrompendo sua continuidade de ser e seu viver criativo, fazendo-a reviver ansiedades primitivas e podendo desenvolver um falso *self* para lidar com essas ansiedades, protegendo, assim, o núcleo de seu verdadeiro *self* para que sua forma de ser não seja aniquilada pelo ambiente.

Ferreira-Teixeira (2006) explica que

encontros nos quais apresentam-se palestras aos pais, informações teóricas sobre o desenvolvimento da criança, sobre a história da adoção no mundo e

outras questões que, embora importantes, estão ligadas diretamente à informação e à cognição, e não necessariamente às transformações emocionais, bem como aos modos de viver e relacionar-se. Em encontros desse tipo, corre-se o risco de assistirmos a transformações próprias de um falso self, que abarca as informações, as orientações e todo o aparato intelectual distribuído de forma superficial, não atingindo o self verdadeiro. (p. 44)

Enquanto comenta as diversas histórias de adoção que acompanharam no grupo de apoio que frequentam, André mostra uma pasta onde guardam todos os registros das atividades de que participaram ao longo de três anos. Eles pareciam querer demonstrar que haviam feito tudo corretamente, que haviam se dedicado e que estavam prontos. Quando Artur brinca “eu sei tudo sobre adoção, o que você me perguntar sei te responder”, parece me dizer: “se quiser fazer uma chamada oral, estarei pronto para mais este teste, pois eu me preparei!”. A angústia de ser continuamente avaliado e questionado coloca os casais em um estado de alerta que, a nosso ver, compromete a espontaneidade, a autêntica aceitação e o cuidado suficientemente bom, uma vez que as excessivas recomendações dos profissionais acabam alimentando um outro tipo de ideal. Do filho perfeito, os pretendentes à adoção são empurrados em direção ao ideal dos pais perfeitos, o que esta igualmente distante da vida concreta.

Daniel diz gostar muito de frequentar o grupo de apoio para ouvir outras histórias de adoção. O compartilhamento com o grupo parece ajudá-los a lidar emocionalmente com o sofrimento e dúvidas, além do informativo e cognitivo (Levy, Diuana & Pinho, 2009; Scorsolini-Comin, Amato & Santos, 2006; Scorsolini-Comin & Santos, 2008). Assim, o grupo fornece um *holding* psicológico para suas angústias, amparando-os e estruturando-os em sua experiência parental (Winnicott, 1954/1990a).

O casal D também menciona a busca de amparo em programas televisivos sobre adoção. Convidaram-me a assistir dois episódios, um sobre a adoção de uma menina transgênero e outro sobre liberdade sexual. Daniel comenta, ao final dos programas, que gosta de assisti-los, pois lhe dão força para continuar, vendo que outras pessoas também sofrem, mas persistem e vencem. Daniel e Douglas manifestaram dúvida quanto ao papel que a

aceitação da família mais ampla, o que não é o caso deles, tem para a sua aprovação enquanto pais adotivos. Daniel argumenta que as psicólogas prezam muito pela rede de apoio do casal, para não colocarem a criança em uma nova família desestruturada. Por mais que a intenção dos profissionais seja a de se certificar que estarão encaminhando a criança para um ambiente suficientemente bom, a forma de avaliação invade os pais em seus modos de vida e em suas feridas íntimas, desamparando-os (Winnicott, 1960/1983b).

Os programas de televisão, que inspiram a persistência dos casais, apesar das dificuldades, lhes concedem um espaço transicional e potencial oferecido pela cultura, que dá sentido à experiência, pois o mundo externo e interno se encontram, sustentando sua capacidade de ser, seu viver espontâneo e criativo, protegendo o *self*, apesar da intrusão do ambiente que insiste em julgá-los e avaliá-los. O casal D parece buscar, mais do que orientações e informações intelectualizadas, o pensar e o compartilhar simbólico, reencontrando nestes programas de TV o sentido para a própria experiência (Winnicott, 1951-69/1975a). Para Abram (2000), “a posição ocupada pela experiência cultural é a capacidade do sujeito de “lembrar-se” inconscientemente da proteção e da apresentação do objeto bom” (p. 89).

O casal E também pareceu usufruir da entrevista como um espaço para elaborar sua experiência emocional. Contaram, com certa decepção, que gostariam de participar das atividades propostas pelo grupo de apoio com crianças de abrigo. Eduardo pensou em dar aulas de inglês para as crianças e adolescentes ou ajudá-los com orientação profissional, ampliando suas oportunidades de vida. No entanto, o grupo não lhe abriu espaço para investir no que acredita, tendo que se adaptar ao já proposto, sem poder contribuir de forma criativa com a abordagem tradicional do grupo (Winnicott, 1951-69/1975a).

Eduardo elogiou o meu trabalho por focalizar como as pessoas se sentem durante a espera da adoção: “hoje em dia fazemos trabalhos para empresas e instituições, não mais para as pessoas, seu trabalho é para as pessoas e para tentar reconstruir a maior instituição de todas, que está se perdendo, a família” (sic). Além disso, não se sentiram julgados ou avaliados pela minha presença, mas reconhecidos quanto ao penoso e demorado processo de adoção, o que lhe permitiu compartilhar outras impressões, como

as “pegadinhas” dos questionários, ou mesmo assinar o TCLE sem ler. A confiança de Eduardo de que eu não revelaria seus sentimentos, somada ao seu desejo de expor o sofrimento dos pais adotivos sugere que nosso encontro se deu em um ambiente de holding, permitindo ao casal sentir-se acolhido e aceito (Winnicott, 1954/1990a).

O casal E foi um dos casais que mais pareceu estar à vontade com a pesquisa, escrevendo histórias individuais e de modo imaginativo, além de contarem sua própria história. Érica, inclusive, foi a única participante da pesquisa que realizou um diálogo entre os personagens, como se realmente estivessem conversando (Winnicott, 1971/1975c). Além do ambiente de *holding* oferecido pela pesquisadora, também é fato de que este casal estava na fila de espera da adoção há apenas 4 meses, o que pode explicar a espontaneidade que os casais que estavam na fila há anos já haviam perdido.

O processo de adoção permeado por encontros com grupos de apoio também tem como objetivo auxiliar os pais no luto pela criança ideal e aceitação da criança real (Costa & Kemmelmeier, 2013; Gondim *et al*, 2008; Levy, Diuana & Pinho, 2009; Maux & Dutra, 2010; Oliveira & Schwartz, 2013; Scorsolini-Comin, Amato & Santos, 2006). No entanto, se este trabalho se restringir ao cognitivo, ao comportamental, talvez não traga as mudanças psíquicas necessárias para que o casal receba uma criança adotada, na medida em que o discurso racional está dissociado da experiência emocional (Ferreira-Teixeira, 2006).

Artur, quando comenta sobre a filha imaginária, diz que André é mais sonhador, e ele, mais pé no chão, contando-nos que “já espera a menina mais pirracinha do que a santinha que não faz nada de errado” (sic). André explica que, se tivéssemos tido essa conversa anos antes, teriam descrito uma criança totalmente idealizada, mas que, depois de três anos no grupo, já não imaginavam mais essa criança perfeita, sendo este o motivo pelo qual preferiam conversar a completar a história. A tarefa de completar a história com a espontaneidade do brincar (Winnicott, 1971/1975c), soou como um sinal de alerta para esse casal, que preferiu bloquear qualquer atividade imaginativa sob risco de voltar a sonhar com a criança perfeita. No entanto, a resistência de Artur cedeu ao seu desejo ao longo da entrevista, quando abriu as portas de sua imaginação para descrever a filha sonhada.

André e Artur já fizeram modificações na decoração da casa, já compraram variadas bonecas e até construíram uma piscina, enquanto aguardam a filha dos sonhos. Esta já tem um lugar garantido na vida psíquica dos pais, apesar das tentativas do grupo de apoio para desconstruir o imaginário do casal por meio de um punhado de informações (Ferreira-Teixeira, 2006) e julgamentos morais.

Douglas e Daniel também trazem a ideia de desidealização da criança como um passo necessário no processo de adoção. Idealização parece ser o tabu que separa os pais aprovados dos desaprovados para a adoção. No entanto, Daniel faz uma ressalva e resgata a esperança: “Porém, as expectativas não correspondem à realidade, mas acreditamos que possamos passar a importância de uma família, seja esta idealizada ou não”.

Abram (2000) explica que “é a partir do sentimento de haver criado o mundo que se estabelece tudo aquilo que é verdadeiramente importante. A desilusão não é alcançada sem que primeiramente surja a ilusão” (p. 89). Assim, quando estes casais são submetidos a processos invasivos e passam a acreditar que não devem dar valor à elaboração imaginativa, devendo substituí-la pela racional, é possível perceber como suas emoções estão cindidas de seu intelecto, bloqueando o enriquecimento do viver, que se dá pela criatividade e pelo simbólico, pelo contato com a área intermediária que conecta o mundo interno e o mundo externo (Winnicott, 1960/1983b; 1951-69/ 1975b).

Para Winnicott (1964/2012b) o brincar, tal como os sonhos, leva as pessoas à autorrevelação. Dessa forma, se os profissionais substituem essa autodescoberta parental pela doutrinação e submissão podem estar comprometendo o próprio cuidado infantil, na medida em que pode gerar defesas parentais, como o falso *self* (Winnicott, 1960/1983b), afastando os pais de um relacionamento autêntico e devotado com o filho adotado. Os sentimentos que os pais nutrem em relação ao futuro filho que aguardam, têm, sempre, uma origem bastante imaginativa, que revisita memórias de sua própria infância.

Observamos na mãe que tem expectativas uma crescente identificação com o bebê. Ele está ligado à ideia de um ‘objeto interno’ da mãe, um objeto imaginado para ser erigido internamente e mantido lá apesar de todos os



elementos persecutórios também ali encontrados (Winnicott, 1960/1993b, p.21).

Assim, torna-se difícil pedir aos futuros pais que se desfaçam de suas expectativas e construções imaginativas em relação ao futuro filho para que conheçam a criança de forma real, sendo que eles sequer a conhecem. A desidealização da criança deve acompanhar o movimento da vida, o compartilhar simbólico de experiências semelhantes com o grupo, o gradual encontro dos pais com o filho e a construção conjunta de seu cotidiano. Não queremos com isso dizer que os pais devem viver suas idealizações de forma a aprisionar os filhos e a si mesmos em papéis imutáveis para corresponder aos seus ideais, mas sim que estes ideais devem ser trabalhados de forma simbólica, para que não fiquem latentes, na medida em que ainda existem, mas são substituídos por discursos racionais. É do contínuo movimento entre a ilusão e a desilusão que pais e filhos poderão aceitar-se mutuamente, para que possam desfrutar do espaço transicional e viver criativamente (Winnicott, 1954/1990a; 1959-61/1975b), isto é, sem submissão nem transgressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender como a adoção é significada por casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo. Entre os diversos sentidos encontrados, é possível perceber que os pais adotivos carregam fantasias quanto à insegurança no vínculo construído com o filho e, principalmente, quanto à própria capacidade parental, a qual deve, ao mesmo tempo, resgatar a criança de uma perda inicial, demonstrando o cuidado em sua plena aceitação, e estabelecer limites através da educação. O contato com essas fantasias pode ser genuíno ou negado. A partir dessa insegurança frente à tarefa parental, os casais buscam por alternativas que lhes amparem, como o modelo do relacionamento com os próprios pais, com outras famílias conhecidas ou com Grupos de Apoio à Adoção e programas televisivos.

O processo de adoção e suas inúmeras entrevistas com profissionais, assim como o tempo completamente incerto em que aguardam pelo filho parecem gerar um sofrimento adicional aos pretendentes. Entendemos que todos esses procedimentos nascem para proteger as crianças e os adolescentes, evitando que sejam encaminhados para mais um lar disfuncional, assim como estudar o perfil de criança que os pais se sintam mais preparados para cuidar. No entanto, o longo e difícil processo de adoção pode contribuir para reforçar a ideia de que a família adotiva é menos legítima do que a família consanguínea, bem como gerar intensas angústias nos pretendentes, uma vez que para ser ter um filho biológico não é necessário passar por tantos testes e avaliações.

Embora muitos Grupos de Apoio à Adoção consigam servir de suporte para os sofrimentos dos futuros pais, existem trabalhos realizados que se voltam mais para a informação e a orientação, em detrimento do gesto espontâneo da própria experiência parental. Nesses casos, os pretendentes sofrem com a expectativa de serem pais que não podem falhar, o que pode acarretar no desenvolvimento de um falso *self* para lidar com as etapas da adoção sentindo-se aceito e preparado. Dessa forma, é preciso que os pais sintam-se acolhidos em seus temores e sentimentos mais profundos, pois estes sentimentos não deixarão de existir por serem considerados inadequados, mas sim, ficarão latentes e dissociados do discurso racional.

## REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: Dicionário das Palavras e Expressões Utilizadas por Donald. W. Winnicott*. Rio de Janeiro, RJ: Revinter.
- Aiello-Fernandes, R., Ambrosio, F. F., & Aiello- Vaisberg, T. M. J. (2012). O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares. Trabalho apresentado na *X Jornada Apoiar* (pp.306-314). São Paulo:SP.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transferenciels comme presentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Org.), *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues* (pp. 39-52). Paris, França: L'Harmattan.
- Alvarenga, L. L., & Bittencourt, M. I. G. de F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando Famílias*, 17(1), 41- 53.
- Amazonas, M. C. L. A., Veríssimo, H. V., & Lourenço, G. O. (2013). A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 631- 641.
- Andrade, R. P. de, Costa, N. R. do A., & Rossetti- Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia*, 16 (34), 241-252.
- Araújo, L. F., Oliveira, J. S. C de., Souza, V. C. De., & Castanha, A. R. (2007). Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de direito e de psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 95-102.
- Assis Junior, F. de. (2009). O desenvolvimento da capacidade de ter fé: um estudo do ponto de vista da psicanálise de D. W. Winnicott (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/230/1/Francisco%20de%20Assis%20Junior.pdf>
- Aurélio, B. de H. F. (1975). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira.

- Azambuja, M. R. F. (2003). Breve revisão da adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral e do novo Código Civil. *Revista do Ministério Público*, 49, 275-289.
- Baczko, B. (1999). *Los imaginários sociales: Memorias y Esperanzas Colectivas*. Buenos Aires, ARG: Ediciones Nueva Visión SAIC.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Benjamin, W. (1992). O Narrador: reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (pp. 27-57). Lisboa, PT: Relógio D'Água. (Original publicado em 1936)
- Brauner, M. C. C., & Aldrovandi, A. (2010). Adoção no Brasil: aspectos evolutivos do Instituto no Direito de Família. *Juris*, 15, 7-35.
- BRISOLA, Elizabeth Brown Vallim, CURY, Vera Engler, & DAVIDSON, Larry. (2017). Building comprehensive narratives from dialogical encounters: A path in search of meanings. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 34(4), 467-475.
- Bydlowski, M. (2008). *La dette de vie: Itinéraire psychanalytique de la maternité*. Paris, FR: PUF.
- Associação dos Magistrados do Brasil (n.d). Adoção:passo a passo (Cartilha). Recuperado de <http://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/adocaopassoapasso.pdf>
- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidade adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 171-182.
- Coimbra, J. C. (2009). Tempo e memória nas varas de família. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9 (3), 695-709.
- Comber, C. V., & Binkowski, G. (2017). Adoção e mito: os destinos do “mito familiar” na cena da família contemporânea. Estudo a partir de um caso clínico de adoção na França atual. *Ágora*, 20(1), 159-172.
- Costa, L. T. M., & Kemmelmeier, V. S. (2013). O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, 31 (72), 187-196.

- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Dayan, J. (2016). *Les baby blues*. Paris,FR: Presses Universitaires de France.
- Dias, Elsa Oliveira. (2000). Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento. *Natureza humana*, 2(1), 9-48.
- Dias, C. M. de S. B., Silva, R. V. B., & Fonseca, C. M. S. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35.
- Dutra, E. (2002). A Narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(2), 371-378.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14(1), 73- 80.
- Ferreira-Teixeira, M. C. (2006). *Encontrando a criança adotiva: um passeio pelo imaginário coletivo de professores à luz da psicanálise*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Recuperado de [http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/362?locale=pt\\_BR](http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/362?locale=pt_BR)
- Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: Novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo, SP: Escuta.
- Flick, U. (2014). *An introduction to Qualitative Research*. Los Angeles, CA: Sage.
- Fonseca, C. (2012). Mães “abandonantes”: Fragmentos de uma história silenciada. *Estudos Feministas*, 20(1), 13-32.
- Freud, S. (2006a). Romances Familiares. In S. Freud, “Gradiva” de Jensen e outros trabalhos, Volume IX. Rio de Janeiro, RJ: Starndard. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2006b) Sobre o Narcisismo uma introdução. In S. Freud A História do movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos, Volume XIV. Rio de Janeiro, Rj: Standard (Trabalho original publicado em 1914)

- Fulgencio, L. (2013). Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In C. A. Serralha & F. Scorsoni-Comin (Org.), *Psicanálise e Universidade: em encontro na pesquisa* (pp. 27-67). Curitiba, PR: CRV.
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C., Oliveira, U. B., & Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58 (129), 161-170.
- Granato, T. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25(1), 17-35.
- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 149-155.
- Granato, T. M. M., Tachibana, M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 81-89.
- Gutierrez, D. M. D., Castro, E. H. B., & Pontes, K. D. da S. (2011). Vínculo mãe-filho: Reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. *Revista do Nufen*, 1 (2), 3-24.
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: teoria e prática*, 12(2), 200-216.
- Junior, A. C. (2014). O pedobatismo cristão: aproximações e contrastes entre o batismo presbiteriano e o católico romano (Dissertação de Mestrado, Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie). Recuperado de [http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/user\\_upload/Addy\\_Carvalho\\_Junior.pdf](http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/user_upload/Addy_Carvalho_Junior.pdf)
- Lei n. 12.010, de 03 de Agosto de 2009. (2009, 03 de Agosto). Dispõe sobre Adoção. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14 (1), 24-31.

- Levinzon, G. K. (2015). A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? *Desidades*, 7, 10-20.
- Levy, I., Diuana, S., & Pinho, P. G. R. (2009). O grupo de reflexão como estratégia de promoção de saúde com famílias adotivas. *Mudanças-Psicologia da saúde*, 17(1), 39-42.
- Machado, R. N., Féres- Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Revista Psico*, 46(4), 442- 451.
- Machado, L. V., Ferreira, R. R., & Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81.
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: reafirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.
- Medeiros, C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2014). Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. *Psicologia Clínica*, 26 (2), 49- 62.
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Nascimento, A. C. (2006). *A sorte dos enjeitados o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças no Recife (1789-1832)*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7031/arquivo3276\\_1.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7031/arquivo3276_1.pdf?sequence=1)
- Noel, J., & Soulé, M. (2005). Adoção. In A. Mijolla (Org.), *Dicionário Internacional da Psicanálise* (pp. 27- 28). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Oliveira, D. S. de, & Schwartz, E. R. D. (2013). The new Adoption Law: legal and psychological aspects. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 445-453.

- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos da adoção: uma atualização no contexto latino americano. *Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 19(3),475- 486.
- Paiva, V. de. (2014). Imaginário coletivo sobre o cuidado religioso na Igreja Católica (Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/328>
- Pereira, A. K., & Azambuja, M. R. F. (2015). História e Legislação da adoção no Brasil. In *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. São Paulo, SP: Vetor.
- Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Falcão, L., & Pereira, A. S. (2013). O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29 (1), 79-89.
- Perron, R. (2005). Fantasia . In A. Mijolla (Org.), *Dicionário Internacional da Psicanálise* (pp.675- 676). Rio de Janeiro, RJ: Editora Imago.
- Petit, C. (2005). Desejo de um filho. In A. Mijolla (org.), *Dicionário Internacional da Psicanálise* (pp. 463- 464). Rio de Janeiro,RJ: Editora Imago.
- Lei Federal n. 12,010, de 3 agosto de 2009. (2009, 3 de agosto.Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)
- Rosa, D. B.D. (2008). A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, 20(1), 97-110.
- Rosa, J. M., Boris, G. D. J. B., Melo, A. K., & Santos, M. A. (2016). A construção de papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 210- 223.
- Safra, G. (2006). *Desvelando a memória do humano: o brincar, o narrar, o corpo, o sagrado, o silêncio*. São Paulo, SP: Edições Sobornost.
- Santos, M. A., Raspantini, R. L., Silva, L. A. M., & Escrivão, M. V. (2003). Dos laços de sangue aos laços de ternura: o processo de construção da parentalidade nos pais adotivos. *Psic: Revista da Vetor Editora*, 4(1), 14-21.



- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. de A., & Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.
- Scorsolini-Comin, F., Amato, L. M., & Santos, M. A. (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Revista de Spagesp*, 7 (2), 40- 50.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2008). Aprender a viver é o viver mesmo: o aprendizado a partir do outro em um grupo de pais candidatos à adoção. *Vínculo*, 5 (2), 115- 130.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: teoria e prática*, 16(1), 69-78.
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Wegar, K. (2000). Adoption, Family Ideology and Social Stigma: Bias in Community Attitudes, Adoption Research and Practice. *Family Relations*, 49 (4), 363-369.
- Winnicott, D. W. (1975a). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 13-44). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1951/1969)
- Winnicott, D. W. (1975b). A localização da experiência cultural. In D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 59-78). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1967)
- Winnicott, D. W. (1975c). O Brincar: uma exposição teórica. In D. W. Winnicott, *O Brincar e a Realidade* (pp. 59-78). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1975d). Inter-relacionar-se independentemente do Impulso Instintual e em função de Identificações Cruzadas. In D. W. Winnicott, *O brincar e a Realidade* (pp. 163-186). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1971)

- Winnicott, D. W. (1983a). A capacidade para estar só. In D. W. Winnicott *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 31-37). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (1983b). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 128- 139). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1983c). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D. W. Winnicott *O ambiente e os processos de maturação* (pp.55-61). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1983d). Provisão para a criança na saúde e na crise. In D. W. Winnicott *O ambiente e os processos de maturação* (pp.62-69). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1983e). Moral e Educação. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 88-100). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1963)
- Winnicott, D.W. (1984). *Consultas Terapêuticas em Psiquiatria Infantil*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1990a). Estabelecimento da relação com a realidade externa. In D. W. Winnicott, *Natureza Humana* (pp.120- 135). Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1954)
- Winnicott, D. W. (1990b). Caos. In D. W. Winnicott, *Natureza Humana* (pp. 157-160). Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1954)
- Winnicott, D. W. (1993a). Fatores de Integração e Desintegração na vida familiar. In D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual* (pp. 59-72). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957)
- Winnicott, D. W. (1993b). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê In *A família e o desenvolvimento individual* (pp.21-28) São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1994a). O medo do colapso. In C. Winnicott (Org)., *Explorações Psicanalíticas* (pp. 70-76). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1963)

- Winnicott, D. W. (1994b). Transtorno Psicossomático. In D. W. Winnicott *Explorações Psicanalíticas* (pp. 82-93). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1964)
- Winnicott, D. W. (1994c). O jogo do rabisco. In D. W. Winnicott, *Explorações Psicanalíticas* (pp. 230- 243). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1964)
- Winnicott, D. W. (1994d). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In D. W. Winnicott, *Os bebês e suas mães* (pp. 79-92). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1968)
- Winnicott, D. W. (1994e). O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações. In D.W. Winnicott, *Explorações Psicanalíticas* (pp. 171-176). Porto Alegre, RS: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1968)
- Winnicott, D. W. (1994f). A experiência Mãe-bebê de mutualidade. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 195-202). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1969)
- Winnicott, D. W. (1997a) Duas crianças adotadas. In R. D. W. Shefferd & D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 115-125). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1953)
- Winnicott, D. W. (1997b). Armadilhas na adoção. In R. D. W. Shefferd & D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 126-130). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1954)
- Winnicott, D. W. (1997c) A adolescência das crianças adotadas. In R. D. W. Shefferd & D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças* (pp. 131-140). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1955)
- Winnicott, D. W. (2000a). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott (org.), *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise* (pp. 218-232). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (2000b). O ódio na contratransferência. In D. W. Winnicott, *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1947)

- Winnicott, D. W. (2000c). Ansiedade associada à insegurança. In D. W. Winnicott *Da pediatria à Psicanálise* (pp. 163-167). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1952)
- Winnicott, D. W. (2000d). Aspectos Clínicos e Metapsicológicos da Regressão dentro do *setting* psicanalítico. In D. W. Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise* (pp.374- 392). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1954)
- Winnicott, D. W. (2000e). Preocupação Materna Primária. In D. W. Winnicott, *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (pp. 399-405). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W (2002a), A Tendência Antissocial. In D. W. Winnicott, *Privação e Delinquência* (pp. 135-148). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W (2002b). Agressão e suas raízes. In D. W. Winnicott *Privação e Delinquência* (pp. 93-110). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984)
- Winnicott, D. W (2012a). E o pai? In D. W. Winnicott, *A criança e o seu mundo* (pp.127-133). Rio de Janeiro, RJ: LTC (Trabalho original publicado em 1945)
- Winnicott, D.W. (2012b). Por que as crianças brincam? In D.W. Winnicott, *A criança e o seu mundo* (pp.161-165). Rio de Janeiro, RJ: LTC. (Trabalho original publicado em 1964)

## **ANEXOS**

## Anexo A- Parecer do Comitê de Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Construções Imaginativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo.

**Pesquisador:** Vivian Mazzini Pekny

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 61512616.5.0000.5481

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.915.714

#### Apresentação do Projeto:

O presente estudo busca produzir conhecimento científico sobre a questão da adoção no Brasil, tendo como foco a perspectiva de pais adotantes ao longo do processo de adoção de seu primeiro filho. A proposta é que a pesquisa possa contribuir para a preparação psicológica, no sentido do acolhimento do sofrimento parental e da adoção responsável.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo desse estudo é investigar, à luz da psicanálise winnicottiana, as construções imaginativas elaboradas por casais ao longo do processo de adoção do primeiro filho.

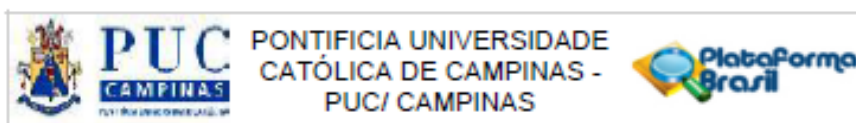
#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa apresenta riscos mínimos de desconforto em virtude de os entrevistados entrarem em contato com conteúdos psicológicos dolorosos ligados à adoção; por outro lado, permitirá um acompanhamento analisando as narrativas dos casais.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Prospera a pesquisa e pesquisa contribui para novas perspectivas no âmbito da psicologia.

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136  
 Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.088-900  
 UF: SP Município: CAMPINAS  
 Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 1.915.714

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Nada a opor

**Recomendações:**

Nada a opor

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há mais pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

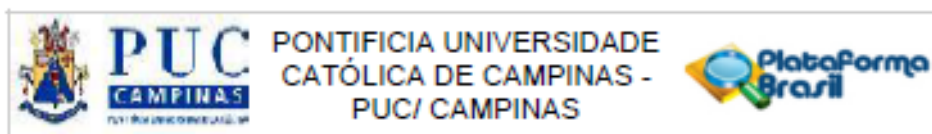
Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: **Aprovado**.

Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_805130.pdf	30/01/2017 12:01:06		Acelto
Outros	Carta_representante_legal_instituicao.jpg	30/01/2017 12:00:13	Vivian Mazzini Pekny	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_mestrado.docx	30/01/2017 11:59:23	Vivian Mazzini Pekny	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	30/01/2017 11:54:22	Vivian Mazzini Pekny	Acelto
Outros	CartaComiteedeetica.docx	30/01/2017 11:53:05	Vivian Mazzini Pekny	Acelto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao.jpg	30/10/2016 14:16:28	Vivian Mazzini Pekny	Acelto

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 138  
 Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.086-900  
 UF: SP Município: CAMPINAS  
 Telefone: (19)3343-8777 Fax: (19)3343-8777 E-mail: comiteedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 1.915.714

Outros	Narrativa_Interativa.pdf	30/10/2016 13:13:00	Vivian Mazzini Pekny	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	30/10/2016 13:10:05	Vivian Mazzini Pekny	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPINAS, 10 de Fevereiro de 2017

---

Assinado por:  
Silvana Mariana Srebermich  
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 138  
 Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.088-900  
 UF: SP Município: CAMPINAS  
 Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



## **Anexo B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Este termo representa o consentimento de duas partes envolvidas em um projeto de pesquisa científica, estando de um lado, a psicóloga Vivian Mazzini Pekny, CRP 133577 Mestranda em Psicologia como Ciência e Profissão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, autora do projeto de pesquisa intitulado “Construções imaginativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo”, e do outro, os participantes, adultos e voluntários.

O presente estudo busca produzir conhecimento científico sobre a questão da adoção no Brasil, tendo como foco a perspectiva de pais adotantes ao longo do processo de adoção de seu primeiro filho. Esperamos que este estudo contribua com as práticas voltadas para o preparo e atenção psicológica, subsidiando-as no sentido do acolhimento do sofrimento parental e da adoção responsável.

Caso você aceite participar desta pesquisa, marcaremos um local, data e horário de sua preferência para uma entrevista, na qual será convidado a completar uma história fictícia que versa sobre o tema deste estudo. Essa história poderá ser completada de forma escrita ou oral, sendo realizada individualmente ou em conjunto com seu parceiro (a). Após o término da história, faremos uma reflexão sobre o seu percurso ao longo do processo de adoção em termos de sua experiência pessoal, em termos de expectativas, dificuldades e planos para o futuro.

Em nenhum momento você será identificado, sendo seus dados pessoais retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo. Como sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração por seu consentimento, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com você e a outra com a pesquisadora responsável.

A pesquisa apresenta riscos mínimos de desconforto em virtude de você estar passando por um processo de adoção, que costuma ser penoso e sofrido. Caso você sinta qualquer mal estar durante a coleta de dados para esta pesquisa, não hesite em sinalizar para que eu possa atender suas necessidades psicológicas, no momento da entrevista ou logo em seguida. Caso sua necessidade extrapole as possibilidades de resolução durante a coleta do material, ou em horário a ser agendado conforme a sua conveniência, você será encaminhado para a psicóloga responsável pelo grupo institucional, ou para um serviço especializado.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado a Rodovia D. Pedro I, Km. 136, Parque das Universidades, Campinas-SP. Para quaisquer esclarecimentos éticos, o Comitê poderá ser consultado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail [comitedeetica@puc-campinas.edu.br](mailto:comitedeetica@puc-campinas.edu.br), sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a psicóloga Vivian Mazzini Pekny, através do telefone celular: (11) 971553332 ou do e-mail: [vimp\\_2005@hotmail.com](mailto:vimp_2005@hotmail.com).

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, afirmo estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa “Construções imaginativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo”, e declaro a minha participação voluntária neste estudo, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido na investigação, mediante o respeito às condições de sigilo e privacidade. Declaro, também, estar ciente de que poderei retirar esse consentimento a qualquer momento da pesquisa, sem que isso me traga qualquer ônus ou prejuízo.

(Cidade),.....de.....de 2017.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura da Pesquisadora